



Comunidade de Massachusetts

Comissão de Infraestrutura Energética Localização e Licenciamento

Recomendações à Governadora Maura Healey
sobre Localização de Infraestruturas de Energia Limpa e Licenciamento de Reforma

29 de março de 2024

Índice

INTRODUÇÃO	5
RECOMENDAÇÕES	8
A. REFORMAS GLOBAIS.....	8
1. Definição de Infraestrutura de Energia Limpa.....	8
2. Resumo dos Tipos de Infraestruturas de Energia Limpa	9
3. Alterações ao Processo de Permissão Jurisdicional do EFSB (Autorização Consolidada).....	10
a. Definições de Infraestruturas de Energia Limpa Jurisdicionais do EFSB	10
b. Normas do EFSB para Revisões de Projetos Jurisdicionais do EFSB	11
c. Processo Revisto do EFSB	13
d. Gestão de Filas do EFSB.....	16
e. Apoio Financeiro do Interveniente.....	16
f. Licença Regional e Estadual Consolidada para Projetos Jurisdicionais Não-EFSB.....	16
4. Mudanças no Processo de Licenciamento Local para Projetos Jurisdicionais Não-EFSB (Licença Local Consolidada)	17
a. Infraestruturas de Energia Limpa Jurisdicionais Não-EFSB	18
b. Divisão DOER de Localização e Licenciamento de Energia.....	18
c. Normas Estaduais para Revisão Local	19
d. Processo de Licenciamento Local Revisado.....	20
5. Alterações ao Comitê de Localização de Instalações Energéticas (EFSB)	21
a. Mandato Estatutário do EFSB.....	21
b. Composição do Quadro de Instalações de Energia	22
c. Pessoal, financiamento e Taxas.....	23
d. Escritório de Envolvimento Comunitário	23
6. O Papel do MEPA na Permissão.....	24
B. LOCALIZAÇÃO.....	24
C. REQUISITOS DE PRÉ-APRESENTAÇÃO PARA INSTALAÇÕES JURISDICIONAIS DO EFSB	25
D. REFORMAS COMPLEMENTARES ADICIONAIS.....	27
1. Reformas Legislativas.....	27
a. Prorrogações De Licenças.....	27
b. Reforma dos Recursos	27
c. Elegibilidade para o Armazenamento de Energia para o Certificado EFSB	27
d. Esclarecimento sobre autorizações da DPU para linhas de transmissão	27
2. Reformas Não Legislativas	28
a. Educação pública estadual	28

b.	Estatuto de Zoneamento Modelo	28
c.	Revisão da Política de Ruído do MassDEP	28
d.	Assistência Técnica	29
e.	Acordos de Benefícios Comunitários.....	29
f.	Critérios de Designação das Comunidades Verdes	29
g.	Coberturas Solares	29
h.	Processo de Aprovação de Revisão/Interconexão da DPU	30
i.	Revisão das Reformas de Localização e Licenciamento em 2030	30
E. PROCESSO REGULATÓRIO		30
APÊNDICE A: VOTOS E OBSERVAÇÕES DO COMISSÁRIO		32
APÊNDICE B: PARTICIPANTES.....		75

CARTA DO SUBSECRETÁRIO

Massachusetts há muito tem sido um líder nacional no trabalho para enfrentar a crise climática. Com a Lei de Soluções para o Aquecimento Global, a Lei do Roteiro Climático de 2021 e o desenvolvimento dos Planos de Clima e Energia Limpa (CECPs), Massachusetts estabeleceu metas ambiciosas de descarbonização e planos abrangentes para atingir esses limites.

Sabemos que, para atingir os nossos limites de emissão, a Comunidade terá de desenvolver geração de energia limpa a um ritmo muito mais rápido do que vem desenvolvendo até esta data e, ao mesmo tempo, terá de atualizar e construir nossas redes de transmissão e distribuição para acomodar esta geração e o aumento da demanda elétrica.

Atualmente, os projetos de infraestruturas de energia limpa podem ser retardados por várias barreiras, incluindo numerosos processos de licenciamento e recursos demorados, e por vezes redundantes. Ao mesmo tempo, os residentes sentem que o envolvimento das partes interessadas pode muitas vezes ser insuficiente e ineficaz, particularmente para as comunidades marginalizadas que historicamente suportaram o peso de hospedar infraestruturas energéticas. Os atuais processos de localização e licenciamento também não são frequentemente integrados aos requisitos de redução de emissões da Comunidade ou aos objetivos de clima e uso da terra.

Para enfrentar esses desafios, a governadora Healey estabeleceu a Comissão de Localização e Licenciamento de Infraestrutura Energética (Comissão) na Ordem Executiva 620 para recomendar reformas legislativas, regulatórias e administrativas de forma a reduzir os prazos de licenciamento, garantir que as comunidades estejam envolvidas de forma significativa e sejam capazes de fornecer informações na localização e licenciamento de infraestrutura de energia limpa, além de partilhar equitativamente os benefícios da transição para energia limpa.

Somos gratos a todos os membros da Comissão, representando um grupo diversificado de perspectivas, incluindo municípios, serviços públicos, promotores de energia limpa, trabalhadores, empresas, defensores do meio ambiente e populações de justiça ambiental, pelo seu trabalho árduo nos últimos meses para compreender os complexos desafios e pontos de vista envolvidos, e para desenvolver e construir consenso em torno de soluções para esta questão crítica. Expressamos também a nossa sincera gratidão às muitas partes interessadas e constituintes que contribuíram para este processo.

Tenho orgulho de apresentar o relatório da Comissão que detalha as suas recomendações sobre reformas abrangentes para simplificar os processos de localização e licenciamento de infraestruturas de energia limpa, proporcionar segurança de cronograma para o desenvolvimento de projetos, incorporar requisitos de envolvimento comunitário pioneiros e integrar considerações sobre a adequação dos locais para desenvolvimento de energia limpa.

Estas recomendações serão fundamentais para fornecer orientação à administração Healey-Driscoll e à Legislatura de Massachusetts nos seus futuros esforços para eliminar os obstáculos ao desenvolvimento responsável de energia limpa.



Michael R. Judge

Subsecretário de Energia e Presidente da Comissão de Localização e Licenciamento de Infraestruturas Energéticas

Escritório Executivo de Energia e Assuntos Ambientais de Massachusetts

INTRODUÇÃO

A governadora Maura Healey criou a Comissão de Localização e Licenciamento das Infraestruturas Energéticas (a Comissão)¹ em 26 de setembro de 2023, para remover as barreiras ao desenvolvimento rápido e responsável da infraestrutura de energia limpa e atender aos limites de emissões de gases de efeito estufa (GHG - greenhouse gas) descritos nos Planos de Energia Limpa e Clima (CECP - Clean Energy and Climate Plans). Especificamente, a Comunidade está empenhada em alcançar zero emissões líquidas de gases com efeito estufa, com uma redução mínima de 85% nas emissões de gases com efeito estufa em 2050, em comparação com os níveis de 1990.

A Comissão é composta por um grupo robusto e diversificado de líderes que representam muitos setores da área de energias limpas. Isto inclui membros que representam setores como mão de obra, justiça ambiental, desenvolvimento econômico, habitação e imobiliário, proteção ambiental e uso da terra, agricultura, governo local, empresas de eletricidade e indústria de energia limpa. A Comissão foi encarregada de aconselhar a Governadora sobre a redução dos prazos de licenciamento para acelerar a implantação de infraestruturas de energia limpa, facilitando a contribuição da comunidade na localização e licenciamento da infraestrutura de energia limpa, e garantindo que os benefícios da transição para a energia limpa sejam partilhados equitativamente entre todos os residentes da Comunidade. A lista completa dos membros da Comissão consta do Apêndice B (página 75).

ESTADO ATUAL

Com a Lei de Soluções para o Aquecimento Global,² a lei do Roteiro Climático 2021,³ e o desenvolvimento dos CECPs para 2025/2030 e 2050, Massachusetts estabeleceu metas ambiciosas de descarbonização, com critérios e requisitos sólidos de justiça ambiental para uma participação pública significativa. A estratégia dominante para cumprir essas metas de emissões é de difundir a eletrificação nos setores de transporte e construção, enquanto continua a descarbonizar o setor elétrico da comunidade. A eletrificação de grandes setores da economia aumenta necessariamente a procura por eletricidade. Por exemplo, prevê-se que a procura de eletrificação para aquecimento aumente em um fator de 17 para 19 entre 2023 e 2032.⁴ Prevê-se que a demanda para carregamento de veículos elétricos aumente 13 vezes até 2030.⁵ Para atender a essa demanda com energia limpa, prevê-se que a Comunidade precisa dobrar seu fornecimento em eletricidade de geração solar fotovoltaica, instalar 3.200 MW de energia eólica costeira e instalar mais de 2.500 MW de armazenamento adicional de energia até 2030.^{6,7} O CECP 2025/2030 também apela ao aumento da conservação permanente de

¹ Ver Ordem Executiva 620: Estabelecendo a Comissão sobre Localização e Licenciamento de Infraestruturas Energéticas. De <https://www.mass.gov/executive-orders/no-620-establishing-the-commission-on-energy-infrastructure-siting-and-permitting>, acessado em 23 de fevereiro de 2024.

² [St. 2008, c. 298](#)

³ [St. 2021, c. 8](#)

⁴ ISO New England, Previsão Final de Eletricidade para Aquecimento, 2023–2032, demanda de inverno (janeiro) em 50/50 e 90/10, slides 48–49, publicado em 28 de abril de 2023. De https://www.iso-ne.com/static-assets/documents/2023/04/heatfx2023_final.pdf, acessado em 23 de fevereiro de 2024.

⁵ Ver Plano de Energia Limpa e Clima de Massachusetts para 2025 e 2030, pp. 31–32, publicado em 30 de junho de 2022. De <https://www.mass.gov/doc/clean-energy-and-climate-plan-for-2025-and-2030/download>, acessado em 27 de Março de 2024.

⁶ Ver Roteiro para a Descarbonização de Massachusetts 2050, p. 23 e 55, publicado em dezembro de 2020. De www.mass.gov/doc/ma-2050-decarbonization-roadmap/download, acessado em 27 de Março de 2024.

⁷ Consulte Avançando: Armazenamento de Energia em uma Comunidade Limpa, p. 18, publicado em 31 de dezembro de 2023. Da <https://www.mass.gov/doc/charging-forward-energy-storage-in-a-net-zero-commonwealth-report/download>, acessado em 27 de Março de 2024.

terras e águas não desenvolvidas (incluindo zonas húmidas) para pelo menos 30% até 2030.⁸ As infraestruturas adicionais da rede elétrica para permitir uma maior procura e uma nova capacidade de produção, tais como linhas de distribuição e transmissão, subestações elétricas e armazenamento de energia, também exigirão investimentos significativos.

As atuais práticas de localização e licenciamento de energia limpa em Massachusetts são inadequadas para permitir a transição para a energia limpa de forma eficiente, responsável e equitativa. Para os proponentes dos projetos, a localização, o licenciamento e os recursos relacionados podem ser um processo demorado e imprevisível, exigindo investimentos substanciais de tempo e recursos de todas as partes. Ao mesmo tempo, as populações de justiça ambiental têm sido historicamente afetadas de forma desproporcional pela localização de infraestruturas relacionadas à energia. Olhando para o futuro, é necessário construir energia limpa de forma responsável, protegendo as terras naturais e de trabalho da Comunidade. Neste contexto, a Comissão identificou uma série de preocupações com o atual processo de localização e licenciamento:

1. Envolvimento da comunidade e proteções para saúde, segurança e habitabilidade da comunidade

Os membros da Comissão partilharam preocupações sobre o envolvimento das partes interessadas que não ocorre em fases impactantes do processo, canais inadequados para a contribuição da comunidade e assimetria de informação, particularmente em torno de dados de saúde e segurança e/ou potenciais impactos de um projeto na comunidade. A Comissão também identificou encargos injustos resultantes da discriminação histórica e atual causada pelo desenvolvimento industrial, restrições de recursos, barreiras linguísticas, desigualdade econômica e racismo.

2. Proteções ambientais

A Comissão identificou que muitos dos objetivos, políticas e planos recentemente estabelecidos pela Comunidade relacionados ao clima ainda não foram incorporados à localização e licenciamento, como Terras Naturais e de Trabalho, resiliência climática, biodiversidade, além de equidade e justiça ambiental. Alguns estatutos e regulamentos relevantes são desatualizados e não conseguem facilitar de maneira eficaz a descarbonização equitativa.

3. Inadequações do processo

Dadas as metas ambiciosas estabelecidas nos CECPs, as agências a nível estadual e local estão atualmente com poucos recursos e/ou carentes de conhecimentos técnicos relevantes para revisar efetivamente o volume previsto de pedidos de licenças para projetos de infraestrutura de energia limpa. A Comissão caracterizou os processos de localização e de licenciamento como ineficientes, por vezes redundantes ou duplicados, e aplicados de forma incoerente em função de normas locais de zoneamento para as infraestruturas de energia limpa nos municípios. A Comissão citou múltiplas oportunidades recursais como sendo a causa de atrasos e ineficiências nos projetos. Finalmente, pode haver desalinhamentos entre os interesses estaduais e locais, os interesses municipais e comunitários e os estatutos e regulamentos que regem os requisitos de licenciamento.

⁸ Ver Plano de Energia Limpa e Clima de Massachusetts para 2025 e 2030, p. 91, publicado em 30 de junho de 2022. De <https://www.mass.gov/doc/clean-energy-and-climate-plan-for-2025-and-2030/download>, acessado em 27 de Março de 2024.

O PROCESSO DE PLANEJAMENTO

A partir de outubro de 2023, a Comissão reuniu-se treze vezes até Março de 2024. As reuniões iniciais centraram-se, em grande parte, no estabelecimento de uma compreensão compartilhada dos desafios atuais de localização e licenciamento a partir de múltiplas perspectivas, incluindo empresas de serviços públicos, promotores de energia limpa, agências governamentais locais e estaduais, defensores do ambiente e populações de justiça ambiental. A Comissão foi dividida em três grupos de trabalho, acompanhados por indivíduos do Siting Practitioner Advisory Group ("Grupo Consultivo"), para aprofundar os desafios associados ao processo de licenciamento, ao papel das autoridades locais, à proteção do ambiente e ao envolvimento das partes interessadas. Subgrupos adicionais de tópicos específicos se reuniram para propor e revisar o texto preliminar. O Grupo de Trabalho Interinstitucional, composto por representantes de 18 agências estatais, reuniu-se quinzenalmente para prestar apoio à Comissão. Os membros do Grupo de Trabalho Interinstitucional assistiam frequentemente às reuniões da Comissão.

As primeiras quatro reuniões da Comissão (Outubro–Novembro de 2023) consistiram de antecedentes e apresentações para apresentar uma declaração abrangente do problema a partir de múltiplas perspectivas representativas. Os membros da Comissão foram então divididos em três grupos de trabalho para debater desafios adicionais associados ao atual processo de localização e licenciamento. Uma proposta inicial do Advisory Group e uma proposta alternativa do Departamento de Serviços Públicos (DPU) e a equipe do Quadro de Localização de Instalações de Energia (EFSB) lançou as bases para reformar a jurisdição, o padrão de revisão, a composição e outras características do EFSB, bem como novos processos de licenciamento consolidados. A Comissão ainda analisou o H.3215, um projeto de lei que propõe acelerar os projetos de infraestruturas de descarbonização, de autoria do Rep. Jeffrey Roy. Os membros da Comissão que representam interesses e perspectivas variados reuniram-se em subgrupos para discutir, identificar preocupações, oferecer conteúdo adicional e/ou propor soluções adicionais ou alternativas em torno das propostas.

No final de fevereiro de 2024, a Comissão desenvolveu um cenário proposto com elementos de ambas as propostas, bem como uma proposta de licenciamento consolidada local separada. Um inquérito abrangente foi distribuído ao público em meados de fevereiro e recebeu 728 respostas até 15 de Março. Além disso, a Comissão realizou duas sessões de audiência pública de duas horas de duração, nos dias 4 e 5 de março, durante as quais 26 pessoas falaram. O público foi igualmente convidado a apresentar observações por correio eletrônico, através do qual a Comissão recebeu 821 observações.

A Comissão continuou as discussões até Março de 2024 e votou os projetos de recomendações usando um método denominado "escala de acordo", permitindo aos eleitores uma oportunidade de fornecer um nível diferenciado de apoio a componentes individuais. No total, a Comissão reuniu-se treze vezes entre outubro de 2023 e março de 2024. Uma votação final com oportunidade de comentários por meio de um formulário de pesquisa foi realizada na semana de 25 de Março de 2024, com a abstenção dos funcionários da Comunidade, em que a Comissão entregou recomendações a seguir à governadora Maura Healey em 29 de Março de 2024. Acompanhando cada recomendação está um resumo do voto correspondente da Comissão. Detalhes adicionais sobre os resultados da votação, bem como quaisquer comentários que os membros da Comissão optaram por fornecer sobre uma determinada recomendação, estão disponíveis no Apêndice A.

RECOMENDAÇÕES

A. REFORMAS GLOBAIS

1. Definição de Infraestrutura de Energia Limpa

A Comissão recomenda estabelecer na legislação estadual as seguintes definições relativas à infraestrutura de energia limpa:

- a) "Instalação de digestão anaeróbia", uma instalação que (1) gera eletricidade a partir de biogás produzido pela biodegradação acelerada de materiais orgânicos sob condições anaeróbias controladas; e (2) foi determinada pelo departamento de recursos energéticos, em coordenação com o departamento de proteção ambiental, qualificado nos termos dos regulamentos do departamento de recursos energéticos como fonte geradora de energia renovável Classe I nos termos da seção 11F do capítulo 25A.
- b) "Infraestrutura de energia limpa", uma infraestrutura de geração e armazenamento limpa ou projeto de infraestrutura de transporte e distribuição limpa.
- c) "Infraestruturas de produção e armazenamento limpas", infraestruturas de energia que sejam (i) instalações de digestão anaeróbia, instalações solares ou instalações eólicas; ou (ii) sistema de armazenamento de energia, como definido na seção 1, capítulo 164.
- d) "Infraestruturas limpas de transmissão e distribuição", infraestruturas de transmissão e distribuição e infraestruturas acessórias conexas que são: (i) concebidas, pelo menos em parte, para interligar diretamente ou facilitar a interligação de infraestruturas de energia limpa à rede elétrica; (ii) aprovadas pelo operador regional de transporte em relação à interligação de infraestruturas de energia limpa; (iii) propostas para garantir a confiabilidade e a estabilidade da rede elétrica; ou (iv) contribuam para facilitar a eletrificação dos setores da construção e dos transportes. As infraestruturas de transmissão e distribuição limpas não devem incluir novas infraestruturas de transporte e distribuição que interliguem diretamente as infraestruturas que não satisfaçam a definição de infraestruturas de energia limpa, tal como definidas na presente seção, à rede elétrica em ou após 1º de janeiro de 2026.
- e) "Instalação solar", uma instalação para a produção de energia elétrica que usa a luz solar para gerar eletricidade.
- f) "Instalação eólica", uma instalação que usa o vento para gerar eletricidade, localizada em terra ou em mar.

Resumo das votações A.1. Definição de Infraestruturas de Energia Limpa

A favor	16
Contrários	2
Abstenção	2
Não votaram	2

2. Resumo dos Tipos de Infraestruturas de Energia Limpa

Quadro 1. - Tipos de produção, Armazenamento de Energia, Transporte e Distribuição, Limiares e Autoridades Habilitadoras

Tipo	Capacidade	Autoridade de licenciamento ⁹
Geração De Energia Limpa		
Instalação Solar	<25 MW	Local
Instalação Solar	≥25 MW	EFSB
Instalações Eólicas, Em Terra	<25 MW	Local
Instalações Eólicas, Em Terra	≥25 MW	EFSB
Digestão Anaeróbica	<25 MW	Local
Digestão Anaeróbica	≥25 MW	EFSB
Sistemas de Armazenamento de Energia¹⁰		
Sistemas de Armazenamento de Energia	< 100 MWh	Local
Sistemas de Armazenamento de Energia	≥ 100 MWh	EFSB
Infraestruturas de Transporte e Distribuição		
Instalações necessárias para interligar a energia eólica em mar à rede	Todos	EFSB
Novas linhas de transmissão em uma nova via de passagem (incluindo instalações acessórias)	≥ 69 kV, > 1 milha	EFSB
Novas linhas de transmissão em faixa de domínio existente (incluindo instalações auxiliares)	≥ 115 kV, ≥ 10 milhas	EFSB
Infraestrutura de transmissão que aciona limiares MEPA não energéticos dentro de 1 milha da população EJ (ambientalmente justa)	Todos	Local/opcional EFSB
Projetos de recondução ou reconstrução de linhas de transmissão		Local/opcional EFSB
Linhas de transmissão novas/substancialmente alteradas situadas em faixa de domínio existente (incluindo instalações auxiliares)	< 10 milhas	Local/opcional EFSB
Linhas de transmissão novas/substancialmente alteradas situadas em faixa de domínio nova (incluindo instalações auxiliares)	< 1 milha	Local/opcional EFSB
Quaisquer outras novas infraestruturas de transporte de energia limpa (incluindo subestações de transporte autônomas e melhorias) que exijam isenções de zoneamento ¹¹	Todos	EFSB
Projetos em nível de distribuição		Local/opcional EFSB

⁹ Os projetos jurisdicionais não-EFSB podem ainda ser obrigados a obter outras licenças estatais (por exemplo, a digestão anaeróbia precisaria de obter uma licença MassDEP de ar). Além disso, qualquer projeto de transmissão ou distribuição limpa de propriedade de uma concessionária que não seja jurisdicional do EFSB e deseje obter licenças locais por meio de uma licença consolidada emitida pelo EFSB (além das licenças regionais e estaduais), conforme descrito na Seção A.4 abaixo, deve primeiro demonstrar uma base razoável para recorrer ao EFSB.

¹⁰ As instalações hidroelétricas de bombeamento localizadas em vias navegáveis são jurisdicionais da FERC e não exigiriam licenças locais, mas podem exigir certas licenças de nível estadual (por exemplo, licença 401 WQC).

¹¹ A Comissão propõe que as instalações que exigem uma isenção de zoneamento sejam automaticamente consideradas para revisão do EFSB, uma vez que os estatutos de zoneamento conflitantes não podem ser rapidamente resolvidos através de um processo de licenciamento local.

Resumo das votações A.2. Resumo dos Tipos de Infraestruturas de Energia Limpa

A favor	16
Contrários	1
Abstenção	3
Não votaram	2

3. Alterações ao Processo de Autorização de Jurisdição do EFSB (Autorização Consolidada)

A Comissão recomenda que sejam feitas revisões significativas no processo pelo qual são emitidas licenças estaduais, regionais e locais para infraestruturas de energia limpa consideradas jurisdição do EFSB. Os projetos jurisdicionais do EFSB, definidos a seguir, são tipicamente projetos de maior geração e infraestruturas de serviços públicos, que muitas vezes requerem múltiplas licenças estatais. Especificamente, a legislação deve ser promulgada para estabelecer um processo pelo qual uma licença única consolidada seja emitida pelo EFSB aos requerentes de projetos de infraestrutura de energia limpa de jurisdição do EFSB definidos abaixo. Esta autorização única consolidada equivaleria à emissão de um Certificado de Impacto Ambiental e Interesse Público que essas instalações podem obter hoje após a aprovação do EFSB para a construção¹² e abrangeria todas as licenças estaduais, regionais e locais que um projeto de infraestrutura de energia limpa seria obrigado a obter para iniciar a construção e operação. Certas autorizações específicas, tais como autorizações federais que são delegadas a uma agência estatal específica, podem ainda ter de ser adquiridas separadamente da licença única consolidada e essa determinação deve ser feita pelo EFSB de acordo com cada caso; no entanto, na medida do possível e em conformidade com todas as leis relevantes, as agências responsáveis pela emissão dessas licenças devem ser obrigadas ou incentivadas a emití-las em um prazo semelhante ao exigido pelo EFSB.¹³

A legislação que cria uma licença estatal consolidada para a infraestrutura de energia limpa jurisdicional do EFSB deve incluir os seguintes elementos:

a. Definições de Infraestruturas de Energia Limpa Jurisdicionais do EFSB

A legislação deve definir a infraestrutura de energia limpa jurisdicional do EFSB como incluindo o seguinte:

1. Instalações solar, eólica e de digestão anaeróbica com 25 MW ou mais;
2. Sistemas de armazenamento de energia de 100 MWh ou mais;
3. Novas linhas de transmissão de 69 kV ou acima, com 1 milha ou mais, em nova linha de transmissão;
4. Novas linhas de transmissão de 115 kV ou acima, com 10 milhas ou mais, em uma linha de transmissão existente;

¹² Atualmente, as aprovações para construção são concedidas pelo EFSB em conformidade com a G.L. c. 164 § 69J e os certificados de impacto ambiental e interesse público são emitidos em conformidade com a G.L.c. 164 § 69K.

¹³ Por exemplo, revisões de consistência federal do Escritório de Gerenciamento da Zona Costeira.

5. Uma instalação acessória que seja parte integrante do funcionamento de qualquer infraestrutura de energia limpa jurisdicional do EFSB; e
6. Instalações necessárias para interligar a energia eólica em mar à rede elétrica.

A legislação deve esclarecer que a infraestrutura de energia limpa que não é automaticamente jurisdicional do EFSB, mas pode optar por ser revisada pelo EFSB e obter uma licença consolidada, inclui o seguinte:

1. Projetos de recondução ou reconstrução de linhas de transmissão;
2. Linhas de transmissão novas e substancialmente alteradas localizadas em faixa de domínio existente (incluindo instalações auxiliares) com menos de 10 milhas de comprimento;
3. Linhas de transmissão novas e substancialmente alteradas localizadas em nova faixa de domínio (incluindo instalações auxiliares) com menos de 1 milha de comprimento; e
4. Projetos a nível de distribuição que cumpram um determinado limiar, que podem ser determinados em processo de regulamentação.

Resumo das votações A.3.a Definições de Infraestruturas de Energia Limpa Jurisdicionais do EFSB

A favor	17
Contrários	1
Abstenção	2
Não votaram	2

b. Normas do EFSB para Revisões de Projetos Jurisdicionais do EFSB

A legislação deve orientar o EFSB, em coordenação com o Departamento de Recursos Energéticos (DOER), a DPU, o Departamento de Proteção Ambiental (MassDEP), o Departamento de Pesca e Caça (DFG), o Departamento de Conservação e Recreação (DCR), o Escritório de Justiça e Equidade Ambiental, o Escritório da Lei de Política Ambiental de Massachusetts (MEPA), o Escritório Executivo de Segurança e Proteção Pública (EOPSS) e qualquer outra agência estatal relevante com papel de permitir a infraestrutura de energia, a promulgar regulamentos e diretrizes que mantenham as leis e regulamentos ambientais existentes e estabeleçam os seguintes:

1. Um conjunto uniforme de normas aplicáveis à emissão de uma licença estatal consolidada para a infraestrutura de energia limpa jurisdicional do EFSB,

incluindo a determinação da necessidade de projetos de infraestrutura de transporte e distribuição limpos.¹⁴

2. Um formulário comum para projetos de infraestruturas de energia limpa utilizar ao submeter um pedido ao EFSB para uma licença consolidada. O formulário deve incluir requisitos mínimos que resultem em pedidos que incluam pormenores suficientes para ajudar o EFSB, em consulta com as agências licenciadoras, a realizar uma análise eficiente e demonstrar que o requerente consultou a comunidade anfitriã de forma significativa.
3. Um conjunto uniforme de normas e requisitos para o pré-preenchimento do envolvimento comunitário, proporcional ao âmbito e à escala dos projetos de infraestruturas de energia limpa propostos; essas atividades devem ser concluídas antes de se apresentar um pedido de autorização ao EFSB;
4. A adoção de orientações de adequação do local a serem desenvolvidas pela EEA para qualquer nova infraestrutura de energia limpa, exceto aquelas propostas em faixas de domínio existentes, deve ser usada no processo de pré-preenchimento para melhor compreender e avaliar as áreas de recursos quanto à qualidade, potencial de desenvolvimento e impactos sociais e ambientais gerais e uma hierarquia de mitigação para evitar, minimizar e mitigar os impactos da localização de infraestruturas de energia limpa no ambiente e nas pessoas, na medida do possível;
5. Condições de licença padrão a serem emitidas para diversas categorias de infraestruturas de energia limpa no caso de a aprovação construtiva ser acionada se o EFSB não emitir uma decisão final de aprovação, aprovar com condicionantes ou recusar um projeto no prazo aplicável.¹⁵
6. Os regulamentos que garantam que qualquer infraestrutura que não cumpra a definição de infraestrutura de energia limpa, como a infraestrutura de combustíveis fósseis, não serão elegíveis para receber uma licença consolidada do EFSB, mas estão sujeitos aos mesmos requisitos de participação e benefícios comunitários que a infraestrutura de energia limpa e estão sujeitos a uma avaliação cumulativa dos impactos.¹⁶

A legislação deverá orientar o EFSB a promulgar regulamentos finais e orientações que estabeleçam essas normas. Os membros da comissão da agência estatal declararam a sua convicção de que 18 meses é o menor prazo onde poderiam razoavelmente promulgar estes regulamentos após a promulgação da legislação. Muitos membros da Comissão, particularmente aqueles associados ao desenvolvimento de infraestruturas de energia limpa, defenderam um processo de regulamentação mais ágil.

¹⁴ Alguns membros da Comissão também defenderam a inclusão de uma análise de impactos cumulativos para determinar se um projeto proposto não acrescentaria encargos cumulativos a comunidades historicamente sobrecarregadas, mas a Comissão não pôde chegar a um acordo sobre se deveria incluir esse texto.

¹⁵ A aprovação construtiva significa que um projeto recebe automaticamente uma licença única consolidada ao abrigo de um conjunto normalizado de condições de licenciamento predefinidas aplicáveis ao tipo de projeto.

¹⁶ A Comissão indicou que será importante definir a avaliação dos impactos cumulativos, que poderá ocorrer através de um processo de regulamentação.

Resumo das votações A.3.b Normas do EFSB para Revisões de Projetos Jurisdicionais do EFSB

A favor	17
Contrários	1
Abstenção	2
Não votaram	2

c. Processo Revisado do EFSB

A legislação deve reformar o processo através do qual o EFSB analisa e toma decisões sobre os pedidos de infraestruturas de energia limpa elegíveis da seguinte forma:

1. Exigir que o EFSB emita uma licença única consolidada para projetos elegíveis de infraestruturas de energia limpa que satisfaçam as definições legais;
2. Exigir que todas as outras agências locais, regionais e estaduais que, de outra forma, teriam um papel de licenciamento para o projeto de infraestrutura de energia limpa, participem do processo de revisão do EFSB por meio da emissão de declarações de condições de licença recomendadas, com oportunidade para comentários públicos;
3. Exigir requisitos de pré-preenchimento consistentes com os requisitos descritos na Seção C: Compromisso de Pré-preenchimento, abaixo;
4. Exigir que uma decisão sobre essas licenças seja proferida no prazo de 6 a 15 meses a contar da recepção de uma determinação de integralidade com o prazo específico a ser determinado através de regulamentos com base na complexidade do projeto, na necessidade de uma isenção dos requisitos de zoneamento locais e nos impactos nas populações de justiça ambiental;
5. Exigir que o EFSB decida aprovar, aprovar com restrições ou negar um pedido de licença consolidada;
6. Exigir que, se não for tomada nenhuma decisão pelo EFSB dentro do prazo estabelecido nos seus regulamentos para o tipo de projeto de infraestruturas de energia limpa em questão, o projeto seja considerado aprovado para prosseguir a construção ao abrigo de um conjunto comum de condições de licença estabelecidas nos regulamentos promulgados pelo EFSB ("aprovação construtiva"); e
7. As decisões tomadas pelo EFSB, incluindo a emissão de uma aprovação construtiva, podem ser objeto de recurso direto para um juiz único do Supremo Tribunal Judicial de Massachusetts. Os recursos devem ser interpostos no prazo de 20 dias a contar de uma decisão final do EFSB.

As fases de autorização sugeridas para os projetos jurisdicionais do EFSB devem incluir, pelo menos, o seguinte:

1. **Pré-preenchimento do processo de contratação** - ver Seção C.
2. **Determinação de integralidade** - no prazo de 30 dias a contar da recepção de um pedido, o EFSB deverá determinar se o pedido está completo. Se estiver incompleto, o EFSB deve emitir uma declaração concisa que enumere as deficiências e prever 30 dias para o requerente sanar tais deficiências.
3. **Nota pública do projeto** - após o pedido ser considerado completo, o [EFSB ou proponente do projeto] deve emitir um aviso do projeto ao público. A notificação deve ser prestada de forma a envidar esforços razoáveis para chegar aos membros da comunidade afetados, incluindo os membros das populações afetadas em matéria de justiça ambiental, pelo menos 30 dias antes da audiência pública.
4. **Audiência pública** - O EFSB deve realizar uma visita ao local, se solicitada, aberta ao público, e uma audiência de comentários públicos exigida. Após a conclusão da audiência de comentários públicos, o EFSB analisa e rege as petições de intervenção e permite a apresentação de comentários públicos escritos, e o Presidente do EFSB emite decisões de intervenção.
5. **Conferência processual preliminar** - na sequência da audiência pública, o EFSB realizará uma conferência processual preliminar (presencial, híbrida ou virtual):
 - a) para identificar quaisquer questões a ser considerada pelo EFSB na avaliação da candidatura;
 - b) identificar agências estaduais, regionais e locais que devam ser designadas para fornecer declarações de condições de permissão recomendadas sobre essas questões, a fim de evitar duplicações ou inconsistências no caso de mais de uma agência ter jurisdição sobre uma questão; e
 - c) estabelecer o cronograma processual.
6. **Cronograma processual** - na sequência da conferência processual preliminar, o EFSB emite uma ordem processual que inclui: (1) responsabilidades principais da agência; e (2) e calendário processual.
7. **Declarações de condições de licença recomendadas** - na sequência da ordem processual do EFSB, devem ser apresentadas ao EFSB declarações das condições de licenciamento recomendadas por parte dos organismos locais, regionais e Estadais. As agências locais e regionais podem realizar audições públicas para ouvir o público e receber contribuições para o desenvolvimento das declarações pormenorizadas das condições de licenciamento recomendadas. O peticionário oferecerá visitas ao local antes das audições aos intervenientes que as solicitarem. As declarações das condições de licenciamento recomendadas devem incluir: (a) recomendações e conclusões relacionadas, (b) minuta de redação e condições de licença, (c) requisitos

de monitoramento, relatórios e responsabilização, (d) medidas e ações a serem tomadas para limitar os impactos sobre as pessoas e natureza, e (e) informações sobre a execução de licenças, que permanecem com as agências que de outra forma teriam jurisdição (e não o EFSB). A incapacidade de uma agência local, regional ou estatal de apresentar declarações oportunas das condições de licença recomendadas resulta na confiança do EFSB nas condições de licença padrão estabelecidas no regulamento ou nas orientações. A não apresentação ou recusa por parte de um requerente de respostas a pedidos de informações oportunas e adequados apresentados pelo EFSB ou por organismos locais, regionais e estatais em conformidade com a decisão processual pode ser considerada motivo de recusa de uma licença. As declarações das condições de licença recomendadas não são decisões finais e não estão sujeitas a revisão judicial.

8. **Adjudicação do EFSB e audiência(ções) probatória(s)** - O EFSB e as partes emitirão descobertas conforme necessário. O EFSB realizará audições probatórias para proporcionar ao requerente e a todas as outras partes no processo a oportunidade de abordar, em um único fórum, e em uma perspectiva consolidada em todo o estado, as questões revistas e as declarações das condições de licença recomendadas apresentadas pelas autoridades locais, regionais e estaduais. Na ausência de circunstâncias extraordinárias, haverá não mais do que cinco dias de audiências probatórias. As questões sujeitas a julgamento são as que suscitam litígios substanciais sobre questões factuais ou questões preocupantes identificadas pelo EFSB. O cronograma processual permitirá que as partes apresentem petições.
9. **Decisão Provisória** - após o termo da adjudicação, o EFSB emite uma Decisão Provisória. A Decisão Provisória deve tomar as conclusões factuais e as determinações legais necessárias e explicar a base da decisão, indicar a emissão ou recusa proposta de uma licença consolidada e incluir as condições padrão aplicáveis e quaisquer condições especiais. A Decisão Provisória recomendará que o Conselho aprove, aprove com condições ou negue um pedido de licença consolidada. A Decisão Provisória incluirá um projeto de licença consolidada recomendado com todas as aprovações aplicáveis com condições.
10. **Observações** - após a emissão da Decisão Provisória, o requerente, as agências estaduais e locais, os intervenientes (se houver) e quaisquer outros indivíduos ou grupos interessados podem apresentar observações sobre a Decisão Provisória com o projeto de licença consolidada.
11. **Reunião do Conselho e Decisão Final** - após o prazo para a apresentação de observações sobre a Decisão Provisória, o EFSB conduzirá uma reunião pública do Conselho para ouvir as observações, deliberar e votar sobre a Decisão Provisória. O EFSB é obrigado a tomar uma decisão em reunião pública. No prazo de cinco dias após a reunião do Conselho, o EFSB emite uma Decisão Final por escrito. A Decisão Final estabelecerá as condições finais da licença e as obrigações de atenuação do proponente do projeto e especificará as partes responsáveis pela aplicação dessas condições e obrigações.

12. **Aprovação Construtiva** - se o EFSB não emitir uma Decisão Final por escrito dentro do prazo previsto no regulamento para o tipo de instalação, o projeto será considerado aprovado e as licenças serão emitidas com as condições padrão estabelecidas pelos regulamentos do EFSB. Um interveniente pode recorrer de uma aprovação construtiva a um juiz único do Supremo Tribunal Judicial (SJC).

A legislação deverá orientar o EFSB a estabelecer novos regulamentos e diretrizes para reger este processo revisado. Os membros da comissão das agências estatais declararam acreditar que 18 meses é o mais rápido que poderiam razoavelmente promulgar estes regulamentos após a promulgação da legislação. Muitos membros da Comissão, particularmente aqueles associados ao desenvolvimento de infraestruturas de energia limpa, defenderam um processo de regulamentação mais ágil.

Resumo das votações A.3.c Processo Revisado do EFSB

A favor	15
Contrários	1
Abstenção	4
Não votaram	2

d. Gestão de Filas do EFSB

A Comissão observa que houve divergência entre os membros sobre quais formas de gestão de filas de espera que o EFSB deveria ser autorizado a exercer para gerir a sua carga de trabalho durante períodos de grande volume (por exemplo, agrupar candidaturas, colocar candidaturas em espera). A Comissão não conseguiu apresentar uma recomendação sobre este tema; no entanto, a Comissão tem algumas recomendações relativas ao pessoal e ao financiamento que podem dar resposta a algumas destas preocupações; ver Seção A.4.c. abaixo.

e. Apoio Financeiro do Interveniente

A legislação deverá exigir a disponibilização de apoio técnico e financeiro às comunidades, incluindo municípios e grupos comunitários, que possam demonstrar a necessidade dessa assistência para participar nos procedimentos do EFSB. A Comissão não chegou a acordo sobre os métodos ou as fontes de financiamento para este apoio, mas insta que seja dada mais atenção ao tema na legislação.

Resumo das votações A.3.e Apoio Financeiro do Interveniente

A favor	16
Contrários	1
Abstenção	3
Não votaram	2

f. Licença Regional e Estadual Consolidada para Projetos de Jurisdição Não-EFSB

Certos projetos de infraestruturas de energia limpa que não são jurisdicionais do EFSB requerem uma série de licenças regionais e estaduais e não se beneficiariam diretamente das reformas propostas pela Comissão ao processo do EFSB para projetos jurisdicionais do EFSB. Esse tipo de infraestrutura inclui projetos de geração e armazenamento limpos que não são jurisdicionais do EFSB, mas também inclui uma ampla gama de infraestrutura de transmissão e distribuição limpa, como atualizações de linhas de transmissão e outras infraestruturas existentes, expansões de subestações e novas subestações com interconexão de nível de transmissão de jurisdição não-EFSB.

Houve desejo por parte de alguns Comissários de permitir que alguns tipos de infraestruturas limpas de transporte e distribuição optassem pelo processo do EFSB, bem como de permitir uma abordagem consolidada não judicial aos processos não licenciados pelo EFSB. Outros comissários manifestaram o desejo de estabelecer um processo semelhante para obter licenças regionais e estaduais para projetos de geração e armazenamento limpos através de um processo consolidado de licenciamento a nível estadual. Devido a restrições de tempo, a Comissão não conseguiu chegar a uma recomendação para que sejam estabelecidos processos não judiciais para que tais projetos solicitem uma licença consolidada que englobe todas as licenças estaduais e regionais, mas insta a uma maior exploração das opções legislativas, regulamentares ou administrativas para permitir que tais instalações tenham seus pedidos de licença processados de maneira completa, rápida e coordenada que permita a contribuição adequada das comunidades afetadas, preveja a saúde e a segurança públicas e evite, minimize e mitigue os impactos ambientais na medida do possível.

Resumo das votações A.3.f Licença Regional e Estadual Consolidada para Projetos de Jurisdição não-EFSB

A favor	11
Contrários	1
Abstenção	8
Não votaram	2

4. Mudanças no Processo de Licenciamento Local para Projetos Jurisdicionais Não-EFSB (Licença Local Consolidada)

A Comissão recomenda que sejam feitas revisões no processo através do qual as licenças locais são emitidas para projetos de infraestruturas de energia limpa não jurisdicionais do EFSB. Tais projetos incluiriam todos os projetos de infraestruturas de energia limpa que não sejam jurisdicionais do EFSB (tal como definido acima, sujeito a certas exceções aqui descritas). Os projetos considerados não jurisdicionais do EFSB geralmente são projetos de produção e armazenamento limpos de menor dimensão e são tipicamente menores do que os projetos de infraestruturas de transporte e distribuição limpos jurisdicionais do EFSB.

Especificamente, a legislação deve ser promulgada para estabelecer um processo pelo qual uma licença única consolidada é emitida por um município a um requerente de infraestrutura de energia limpa de jurisdição não-EFSB. Esta licença única consolidada deve abranger todas as licenças locais que um projeto de infraestrutura de energia limpa seria obrigado a obter para iniciar a construção.

A licença local consolidada não deve incluir quaisquer licenças adicionais estaduais, regionais ou federais que a instalação possa ser obrigada a obter, que podem ser obtidas separadamente ou por meio de um processo de licenciamento regional e estadual consolidado para projetos de jurisdição não pertencentes ao EFSB descritos acima.

A legislação que cria uma licença local consolidada deve incluir os seguintes elementos:

a. Infraestruturas Jurisdicionais de Energia Limpa Não Pertencentes ao EFSB

A legislação deve definir infraestruturas jurisdicionais de energia limpa não pertencentes ao EFSB, de modo a incluir todos os projetos de infraestruturas de energia limpa que não sejam jurisdicionais do EFSB, incluindo, entre outros, os seguintes:

- a) Instalações de produção de energia solar, eólica e de digestão anaeróbica de menos de 25 MW;
- b) Sistemas de armazenamento de energia menores que 100 MWh; e
- c) Todas as infraestruturas de transporte e distribuição limpas jurisdicionais não-EFSB (ver Quadro 1 e subseção A.3.a acima).

**Resumo das votações A.4. Licença Local Consolidada e
A.4.a. Infraestruturas de Energia Limpa Jurisdicionais Não-EFSB**

A favor	15
Contrários	1
Abstenção	4
Não votaram	2

b. Divisão DOER de Localização e Licenciamento de Energia

A legislação deve estabelecer uma nova Divisão de Localização e Licenciamento de Energia no DOER. A Divisão de Localização e Licenciamento de Energia deve ser chefiada por um diretor de divisão e deve ser apoiada por pessoal especializado em questões ambientais, envolvimento da comunidade, questões de justiça ambiental e experiência jurídica em zoneamento, localização e licenciamento municipais. A divisão deve incluir, pelo menos, quatro coordenadores regionais, cuja função principal será prestar apoio aos municípios enquanto navegam no processo de licenciamento local para projetos de infraestruturas de energia limpa. O DOER necessitará de autorização para contratar mais trabalhadores de tempo integral e necessitará de um aumento orçamental para apoiar as necessidades de pessoal desta nova divisão.

A Comissão recomenda que um estudo de gestão seja realizado imediatamente por um consultor de gestão para avaliar: (i) os prováveis encargos adicionais impostos aos municípios para acomodar um processo de licenciamento local consolidado, (ii) qualificações adicionais da força de trabalho e/ou capacidade necessárias e (iii) os recursos

e apoio que os municípios precisarão para implantar licenças locais consolidadas dentro de um prazo de 12 meses.

Resumo das votações A.4.b. Divisão DOER de Localização e Licenciamento de Energia

A favor	15
Contrários	1
Abstenção	4
Não votaram	2

c. Normas Estaduais para Revisão Local

A legislação deve instruir o DOER, em coordenação com o EFSB, DPU, MassDEP, DFG, DCR, Gabinete de Justiça e Equidade Ambiental, MEPA, EOPSS e qualquer outra agência estatal relevante com um papel na concessão de infraestruturas energéticas, a promulgar regulamentos e diretrizes e/ou formulários padrão que estabeleçam o seguinte:

- a) Um conjunto uniforme de normas básicas de saúde, segurança e ambiente para orientar os municípios na emissão de licenças para infraestruturas de energia limpa;¹⁷
- b) Um pedido normalizado comum para projetos de infraestruturas locais de energia limpa a utilizar aquando da apresentação de um pedido de licença a um município;
- c) Requisitos mínimos de pré-preenchimento para projetos elegíveis para licenciamentos locais consolidados para especificar pormenores, tais como exigir que os promotores ofereçam pelo menos uma reunião pública híbrida (virtual e presencial), ou uma virtual e uma presencial, com pelo menos 90 minutos de duração, pelo menos 60 dias antes da apresentação de um pedido de licença ao município e com pelo menos 50% das reuniões realizadas antes da apresentação devem ser dedicadas a períodos de perguntas e respostas. Os serviços de tradução do material da reunião e das apresentações e os custos de divulgação relacionados com a publicidade e coordenação da reunião serão suportados pelo candidato.
- d) Como aplicar as orientações de adequação de local desenvolvidas pela EEA para qualquer nova infraestrutura de energia limpa que não esteja em uma faixa de domínio existente no processo de pré-preenchimento para melhor compreender e avaliar as áreas de recursos quanto à qualidade, potencial de desenvolvimento e impactos sociais e ambientais gerais, e uma hierarquia de mitigação a ser aplicada durante o processo de licenciamento para evitar, minimizar e mitigar os impactos da instalação de infraestruturas de energia limpa no ambiente e nas pessoas, na medida do possível;

¹⁷ O DOER deve coordenar-se com outras agências especializadas em áreas dentro das suas respectivas competências (por exemplo, MassDEP para zonas húmidas, MDAR para terras agrícolas, etc.).

- e) Normas comuns a uma licença única que consolide todas as aprovações locais necessárias para diferentes tipos de infraestruturas de energia limpa no caso da aprovação construtiva ser desencadeada por inação por parte de um município; e
- f) Partes responsáveis sujeitas a medidas de execução, incluindo em caso de venda de ativos de infraestruturas de energia limpa após o licenciamento.

A legislação deverá orientar o DOER a promulgar regulamentos finais e orientações que estabeleçam essas normas. Os membros da comissão das agências estatais declararam acreditar que 18 meses é o mais rápido que poderiam razoavelmente promulgar estes regulamentos após a promulgação da legislação. Muitos membros da Comissão, particularmente aqueles associados ao desenvolvimento de infraestruturas de energia limpa, defenderam um processo de regulamentação mais ágil.

Resumo das votações A.4.c. Normas Estaduais para Revisão Local

A favor	17
Contrários	1
Abstenção	2
Não votaram	2

d. Processo de Licenciamento Local Revisado¹⁸

A legislação deve reformar o processo de concessão de infraestruturas de energia limpa consideradas não jurisdicionais do EFSB, da seguinte forma:

1. Exigir que os municípios emitam uma licença local única consolidada, que contenha todas as aprovações locais necessárias;
2. Exigir que uma decisão sobre essas autorizações seja proferida por um município no prazo de 12 meses a contar da recepção de um pedido completo;¹⁹
3. Exigir que, se não for tomada nenhuma decisão no prazo de 12 meses, o projeto seja considerado aprovado para prosseguir sua construção de acordo com um conjunto comum de condições estabelecidas pelos regulamentos e diretrizes do DOER;
4. Após a emissão ou recusa da licença por parte de um município, o requerente do projeto ou outra parte especificamente afetada pelo projeto proposto pode apresentar ao EFSB um pedido de adjudicação 'De Novo' do pedido de licença, que deve ser apresentado no prazo de 30 dias a contar da emissão ou recusa da Licença

¹⁸ Note-se que o MMA indicou que não apoia um quadro em que os municípios sejam obrigados a emitir uma licença única local consolidada no prazo de 12 meses, mas apoiaria um quadro em que os municípios são autorizados a "optar" por tal quadro.

¹⁹ Muitos membros da Comissão manifestaram a sua preferência por um prazo mais curto, não superior a 6-9 meses.

local consolidada por parte de um município;^{20,21}

5. Exigir que, após o recebimento de uma solicitação de revisão, o Diretor do EFSB analise a solicitação para verificar a consistência com os padrões de licenciamento locais estabelecidos pelo DOER e tome uma decisão dentro de seis (6) meses após o recebimento, sem nenhum pré-requisito para revisão do MEPA, a menos que seja exigido de outra forma sob regras jurisdicionais normais conforme descrito abaixo; e
6. As decisões tomadas pelo Diretor do EFSB podem ser objeto de recurso direto para o Juiz Único do Supremo Tribunal Judicial. Os recursos devem ser interpostos no prazo de 20 dias a contar de uma decisão final do EFSB.

A Comissão recomenda que as infraestruturas limpas de transporte e distribuição jurisdicionais não pertencentes ao EFSB sejam autorizadas a apresentar um pedido ao EFSB para adjudicação 'De Novo' antes da emissão de uma decisão de licenciamento por um município, se satisfizerem as condições estabelecidas pelo EFSB para esse pedido.

O EFSB estabelece regulamentos que regem a sua adjudicação 'De Novo' dos pedidos e decisões de licenciamento locais. Os membros da Comissão das agências estatais declararam acreditar que 18 meses é o mais rápido que poderiam razoavelmente promulgar estes regulamentos após a promulgação da legislação. Muitos membros da Comissão, particularmente aqueles associados ao desenvolvimento de infraestruturas de energia limpa, defenderam um processo de regulamentação mais ágil.

Resumo das votações A.4.d. Processo de Licenciamento Local Revisado

A favor	14
Contrários	1
Abstenção	5
Não votaram	2

5. Alterações ao Comitê de Localização de Instalações Energéticas (EFSB)

A Comissão recomenda que o pessoal do EFSB continue a ser uma agência independente no âmbito da DPU, mas que sejam introduzidas alterações na composição do EFSB e nas suas fontes de financiamento da seguinte forma:

a. Mandato Estatutário do EFSB

O mandato estatutário do EFSB deve ser atualizado do conforme segue:

O EFSB deve (i) assegurar um fornecimento confiável de energia, consistente com os requisitos

²⁰ Os municípios também poderão fazer esse pedido de adjudicação 'De novo' do EFSB a qualquer momento, em situações em que os seus recursos, capacidade e pessoal não permitam uma análise local consolidada do pedido de licença.

²¹ De novo significa que as decisões do EFSB serão baseadas exclusivamente na aplicação independente do padrão de revisão do EFSB ao registro perante o EFSB. Ao tomar uma decisão, o EFSB deve ter em conta as condições de autorização recomendadas que tenham sido apresentadas. Uma parte pode solicitar ao EFSB que inclua o registro de um processo anterior, estadual ou local, no registro perante o EFSB.

da Comunidade em matéria de alterações climáticas e redução de carbono, (ii) assegurar que a infraestrutura evite, minimize e atenuar os impactos ambientais na medida do possível e seja consistente com a energia, o ambiente, o uso do solo, o trabalho, a força de trabalho, a justiça econômica, a justiça e a equidade ambientais e as políticas públicas de saúde e segurança da Comunidade, tudo de uma forma rentável.

Resumo das votações A.5 Alterações ao Comitê de Localização das Instalações Energéticas (EFSB) e A.5.a Mandato Estatutário do EFSB

A favor	16
Contrários	1
Abstenção	3
Não votaram	2

b. Composição do Quadro de Instalações de Energia

A Comissão não conseguiu chegar a um consenso sobre recomendações específicas relativas à composição ou dimensão do EFSB, mas apresenta as seguintes sugestões:

- O Secretário do EEA deve permanecer como presidente do conselho;
- Deve ser fornecida a representação municipal;
- O EFSB deve incluir membros com experiência nas seguintes áreas (uma ou mais áreas de especialização podem ser representadas por um único membro):
 - Ciência do clima;
 - Desenvolvimento econômico;
 - Energia ou engenharia;
 - Justiça ambiental;
 - Soberania indígena;
 - Trabalho;
 - Saúde pública;
 - Terras Naturais e de Trabalho;
 - Energias renováveis; e
 - Vida selvagem.

A Comissão também discutiu o tamanho do conselho, observando que pode ser um desafio agendar reuniões em tempo hábil com o conselho de nove membros que existe hoje. Consequentemente, reduzir o tamanho do conselho pode ser uma ideia a ser considerada.

Resumo das votações A.5.b Composição do Quadro de Instalações Energéticas

A favor	16
Contrários	1
Abstenção	3
Não votaram	2

c. Pessoal, Financiamento e Taxas

A Comissão debateu as preocupações sobre a capacidade do EFSB de gerir um número potencialmente muito maior de candidaturas e o aumento da carga de trabalho devido à expansão da jurisdição e ao prazo exigido para a tomada de decisão. Por conseguinte, a Comissão recomenda que seja realizado imediatamente um estudo de gestão por consultor de gestão para avaliar: (i) A provável carga de trabalho do EFSB com base nos objetivos do CECP, (ii) as qualificações da força de trabalho necessárias e (iii) o custo associado à contratação e retenção de profissionais e consultores qualificados para concluir com êxito esse trabalho.

A Comissão recomenda que os requisitos de recursos financeiros e de pessoal identificados no estudo de gestão sejam comunicados aos presidentes do Comitê Conjunto de Modos e Meios, aos presidentes do Comitê Conjunto de Telecomunicações, Serviços Públicos e Energia, ao Secretário de Energia e Assuntos Ambientais, e o Secretário de Administração e Finanças. O Secretário de Energia e Assuntos Ambientais e o Secretário de Administração e Finanças deverão, no prazo de 90 dias, informar os Comitês Conjuntos sobre as opções de pagamento dos requisitos de pessoal necessários e custos relacionados, incluindo uma possível sobretaxa sobre combustíveis fósseis, fundos de apoio geral e taxas de candidatura.

O EFSB deve continuar a ser financiado através de recursos das empresas de serviços públicos de eletricidade e gás; no entanto, uma nova autoridade de recursos deve ser considerada para que o EFSB cubra as suas necessidades operacionais anuais.²²

O EFSB deverá também ser autorizado a estabelecer taxas de candidatura a projetos através de um regulamento para complementar as suas necessidades de recursos. Essas taxas devem ser adequadamente dimensionadas com base na dimensão e no tipo do projeto. Todos os candidatos, incluindo as empresas de distribuição de eletricidade, serão responsáveis pelo pagamento das taxas de candidatura para cada candidatura de projeto.

d. Escritório de Envolvimento Comunitário

O EFSB deve criar um gabinete centrado em ajudar as comunidades e os candidatos a projetos na condução do processo de pré-preenchimento, esclarecendo os requisitos de preenchimento, as oportunidades de intervenção e facilitando o diálogo. Um ouvidor seria lotado dentro deste gabinete para ajudar a coordenar entre outros funcionários estaduais, regionais e locais envolvidos no processo de pré-preenchimento e no processo de licenciamento em geral. O ouvidor não participaria no processo de adjudicação no EFSB.

Resumo das votações A.5.c Pessoal, Financiamento e Honorários e A.5.d Gabinete de Envolvimento Comunitário

A favor	17
Contrários	1

²² A maior parte do orçamento do EFSB é hoje financiada através da autoridade geral de avaliação da DPU ao abrigo do M.G.L. c. 25 § 18, embora certos projetos devam pagar uma taxa de candidatura. Esta proposta criaria uma avaliação específica separada do EFSB. Embora as necessidades orçamentais aumentem para o EFSB no geral, a criação de uma autoridade de avaliação separada terá o efeito de reduzir a avaliação do DPU no montante que utilizava anteriormente para financiar as operações do EFSB.

Abstenção	2
Não votaram	2

6. O Papel do MEPA no Licenciamento

A Comissão estava dividida sobre o papel que o MEPA deveria desempenhar no processo de licenciamento, especialmente para instalações submetidas a adjudicação no EFSB. Embora alguns membros apoiassem um papel para o MEPA no processo de pré-preenchimento, no qual a revisão do MEPA serviria como um requisito necessário para a candidatura pré-EFSB, outros defenderam que ela fosse incluída no processo adjudicatório do EFSB de alguma forma, seja como um item paralelo e/ou como parte que apresenta condições de licença recomendadas, semelhantes a outras agências estaduais, regionais e locais.

A Comissão não fez recomendações específicas sobre a forma como o MEPA deve ser integrado no processo permitido para instalações submetidas a um julgamento no EFSB; no entanto, para todas as outras instalações, a Comissão recomenda que a revisão do MEPA seja ditada pelas regras jurisdicionais existentes e deve ser exigida caso uma instalação exija licenças aplicáveis, transferências de terras ou assistência financeira e cumprir os limiares regulamentares do MEPA que exigem revisão do projeto (por exemplo, alteração de terras, zonas húmidas, impactos em espécies raras, etc.).

Resumo de votações A.6 Papel do MEPA no Licenciamento

A favor	13
Contrários	0
Abstenção	7
Não votaram	2

B. Localização

A Comissão propõe que o EEA coordene e convoque um processo das partes interessadas para a criação de uma metodologia de adequação do local para instalações de produção e armazenamento renováveis, a fim de ajudar a conciliar interesses concorrentes no uso do solo, alinhando os objetivos de uso do solo, justiça ambiental, clima e energia da Comunidade. A adequação do local usará vários critérios de triagem geoespacial para melhor compreender e avaliar as áreas de recursos quanto à qualidade, potencial de desenvolvimento e impactos sociais e ambientais. A metodologia deve identificar áreas preferenciais do ponto de vista da localização das infraestruturas de energia renovável e de armazenamento e deve ser concebida de forma a ajudar os proponentes dos projetos a evitar, minimizar e mitigar os impactos na localização em áreas de preocupação ambiental e de uso do solo. O EEA desenvolverá orientações para informar os processos de pré-preenchimento de licenças estaduais, regionais e locais relacionados ao nível de escrutínio e requisitos para os desenvolvedores necessários de forma a evitar, minimizar e mitigar os impactos no meio ambiente e nas pessoas, na medida do possível.

Resumo das votações B Localização

A favor	18
Contrários	0
Abstenção	2
Não votaram	2

C. REQUISITOS DE PRÉ-PREENCHIMENTO PARA INSTALAÇÕES JURISDICIONAIS DO EFSB

A fim de melhorar as oportunidades de envolvimento da comunidade e da educação pública sobre os projetos de energia limpa propostos, a Comissão recomenda que sejam estabelecidos requisitos de pré-preenchimento para as instalações jurisdicionais do EFSB através dos regulamentos e orientações que o EFSB promulgar para implementar as recomendações acima. Para esses projetos, o Gabinete de Envolvimento Comunitário do EFSB, em coordenação com o Gabinete de Justiça e Equidade Ambiental e o pessoal do Gabinete do MEPA, deve ajudar os candidatos a liderar um processo de envolvimento pré-preenchimento para incluir um envolvimento comunitário robusto. O Gabinete de Envolvimento Comunitário do EFSB deve ajudar os requerentes e as comunidades a navegar nos requisitos necessários de pré-preenchimento e ajudar as comunidades a compreender o projeto proposto.

Para as candidaturas a projetos consideradas completas pelo EFSB, o proponente do projeto deve demonstrar esforços de boa-fé para se empenhar em um envolvimento significativo da comunidade. O EFSB deve desenvolver regulamentos que estabeleçam requisitos mínimos de envolvimento das partes interessadas, que os proponentes do projeto devem cumprir, e que incluam o seguinte:

1. A notificação da intenção de candidatura deve ser apresentada ao EFSB pelo menos 90 dias antes da apresentação do pedido ao EFSB.
2. Uma lista de informações detalhadas sobre o projeto que devem ser disponibilizadas por escrito na página inicial do site do projeto EFSB e através da publicação de folhetos em locais onde as comunidades geralmente se reúnem (por exemplo, bibliotecas, centros comunitários, parques, estações de transporte público, etc.) pelo menos 15 dias antes da primeira reunião pública. A página no site e os folhetos devem ser traduzidos para os idiomas falados pela comunidade.
3. O número, tipo, horário e duração das reuniões que devem ser realizadas com as seguintes pessoas (as reuniões podem e devem ocorrer o mais rápido possível e podem ser agendadas antes do período de notificação de 90 dias):
 - a. Uma ou mais reuniões com o principal funcionário municipal de cada município que acolhe o projeto ou o seu designado. As reuniões com representantes eleitos ou nomeados podem ocorrer em conjunto com os adjacentes e organizações comunitárias ou separadamente.
 - b. Todos os adjacentes do projeto, incluindo os arrendatários residenciais e comerciais do limite da propriedade, através de mala direta, correio eletrônico e/ou porta-vozes.

4. Um requisito para a realização de pelo menos duas reuniões públicas híbridas (virtuais e presenciais) com duração mínima de 90 minutos cada, uma na fase inicial de desenvolvimento do projeto, tal como definida pelo EFSB, e a segunda das quais deve ter lugar pelo menos 45 dias antes do protocolo no EFSB. Pelo menos 50% do tempo de reunião deve ser dedicado a períodos de perguntas e respostas. A comunicação da reunião e os materiais distribuídos devem ser traduzidos para todos os idiomas identificados de acordo com as orientações emitidas pelo Gabinete de Justiça Ambiental do EEA.
5. Demonstração de esforços adicionais feitos para envolver membros de organizações de base comunitária, tribos/organizações indígenas, grupos residentes, associações de bairro, conselho trabalhista local e pequenos grupos empresariais, inclusive convidando essas entidades para uma ou mais reuniões ou estabelecendo parcerias diretas com essas entidades para fornecer informações como um órgão consultivo.^{23,24} O proponente deve tentar trabalhar com essas entidades para desenvolver uma proposta de benefícios comunitários e/ou executar um acordo de benefícios comunitários proporcional aos impactos.
6. Para projetos que envolvam terrenos em mais de um município, o proponente deve realizar pelo menos uma reunião informativa adicional sobre o projeto por município adicional e convidar funcionários municipais desses municípios para se reunirem e discutirem questões, ideias e preocupações.
7. Uma oportunidade mínima de 60 dias para comentários públicos escritos ou outra forma de feedback ao proponente, que termine pelo menos 30 dias antes da apresentação ao EFSB.
8. Elaboração de uma lista de distribuição que inclua qualquer parte que tenha manifestado interesse em receber informações em curso sobre o projeto.
9. Demonstração de esforços de boa-fé para fornecer respostas substantivas aos inquéritos por escrito das agências locais e estatais. Será feita uma avaliação dos esforços do proponente do projeto pelo Gabinete de Envolvimento Comunitário do EFSB.
10. Ordens do dia e notas de todas as reuniões públicas, que devem ser incluídas como parte do pedido ao EFSB.

Resumo das votações C Requisitos de Pré-Preenchimento para Instalações Jurisdicionais EFSB

A favor	15
Contrários	1
Abstenção	4
Não votaram	2

²³ Os esforços significativos para garantir uma reunião incluem bater às portas, contactar escolas públicas/centros para idosos/centros comunitários, comunicar com a comunidade, incluindo jornais locais em diferentes idiomas, fornecer informações a um canal a cabo local, ligações e E-mails. Para as populações justiça ambiental em que um dos critérios da população em justiça ambiental é a proficiência em inglês limitada, o candidato deve fornecer convites escritos traduzidos e oferecer interpretação oral durante telefonemas e reuniões.

²⁴ O Gabinete de Justiça Ambiental, mediante pedido (ou pode estar disponível através de uma base de dados acessível ao público), fornecerá uma lista de potenciais pessoas e organizações para o proponente do projeto contactar. O proponente pode convidar o Ouvidor de Justiça do EFSB 2.0 e o pessoal do Gabinete do EEA para as reuniões.

D. REFORMAS COMPLEMENTARES ADICIONAIS

A Comissão discutiu reformas complementares adicionais de natureza legislativa e não legislativa. Estas reformas foram sugeridas principalmente pelo Grupo Consultivo de Profissionais de Localização ou National Grid e o nível de acordo entre os membros da Comissão em cada uma delas é refletido abaixo.

1. Reformas Legislativas

a. Prorrogações de Licenças

Deverá ser promulgada legislação para alargar todas as aprovações estaduais, regionais e locais dos projetos afetados por atrasos na interligação por um período suficiente para permitir a conclusão da interligação. As prorrogações seriam aplicadas às aprovações de projetos que estavam em vigor entre 22 de outubro de 2020 e 1 de janeiro de 2024 e seriam limitadas a projetos que tenham pedido ou acordo de interconexão ativo.

b. Reforma dos Recursos

A fim de reduzir os prazos de recurso para projetos em fase de licenciamento antes da entrada em vigor da reforma mais abrangente de localização e licenciamento delineada neste documento, existem duas recomendações propostas para a reforma dos processos em recurso. A primeira consiste em acrescentar as decisões relativas a projetos de infraestruturas de energia limpa à lista de projetos elegíveis para a "sessão de licença" do Tribunal de Terras nos termos do M.G.L. c. 185 § 3A. Atualmente, os projetos elegíveis são limitados àqueles que envolvem "25 ou mais unidades habitacionais ou a construção ou alteração de 25.000 pés quadrados ou mais de área bruta ou ambos."

Além disso, a segunda recomendação é estabelecer um processo dentro do Tribunal de Terras que permita que um juiz único forneça uma revisão acelerada dos recursos de projetos de infraestrutura de energia limpa. O processo poderia permitir o estabelecimento de um processo alternativo de litígio e permitir a tomada de decisões interlocutórias em questões de direito.

c. Elegibilidade do Armazenamento de Energia para o Certificado EFSB

Deve ser promulgada legislação que estabeleça que os projetos de armazenamento de energia possam ser elegíveis para a concessão de um certificado de impacto ambiental e interesse público ao abrigo do M.G.L. c. 164 § 69K para permitir a anulação de negações locais ou condições onerosas. Esta medida temporária se aplicaria às instalações que estão atualmente em processo de licenciamento antes que as novas alterações propostas no processo entrem em vigor.

d. Esclarecimento sobre autorizações da DPU para linhas de transmissão

M.G.L. c. 164 § 72 prevê o processo pelo qual os proponentes das linhas de transmissão podem solicitar autorização da DPU para a tomada de direitos de propriedade para apoiar projetos de transmissão novos ou ampliados. Em um acórdão de 1962, o Supremo Tribunal de Justiça interpretou o § 72 como uma exigência de que as empresas de serviços públicos solicitem a

aprovação da DPU para projetos de linhas de transmissão, mesmo que não seja necessária qualquer tomada. Esta interpretação continuou em vigor mesmo após a criação do Conselho de Localização de Instalações de Energia em 1974, o que resultou em um processo de localização adicional apenas para as linhas de transmissão. A National Grid recomendou que uma redação fosse acrescentada ao § 72, esclarecendo que só é aplicável quando é necessária uma tomada para concluir um projeto de transmissão, deixando a revisão de outros projetos de linhas de transmissão ao EFSB e às agências ambientais, conforme necessário.

Votação da Comissão sobre D.1 Reformas Legislativas

	a. Prorrogações de licenças	b. Reforma dos recursos	d. Armazenamento de Energia elegível para o Certificado EFSB	e. Esclarecimento sobre autorizações da DPU para linhas de transmissão
Resumos das votações				
A favor	15	10	12	12
Contrários	0	2	1	1
Abstenção	5	8	7	7
Não votaram	2	2	2	2

Note-se que, devido às limitações de tempo, alguns membros da Comissão não puderam refletir sobre uma concordância ou contrariedade mais definitiva em algumas destas questões.

2. Reformas Não Legislativas

a. Educação pública estadual

O CECP de Massachusetts apresenta uma oportunidade para a Comunidade promover e defender sua transição de energia limpa para os residentes. A Comunidade deve lançar uma campanha de educação pública para fornecer contexto para um rápido crescimento antecipado da infraestrutura de energia limpa. Essa campanha deve enfatizar os benefícios da transição, as informações factuais sobre os dados ambientais, de saúde pública e de segurança pública relevantes, os incentivos disponíveis para a eletrificação e as oportunidades de participação.

b. Estatuto de Zoneamento Modelo

O DOER deve criar um novo modelo de estatuto municipal de armazenamento de energia solar e energia para abordar a preempção de decretos e estatutos locais, escopo de autoridade, desmatamento de árvores, ruído, descomissionamento e projetos de cobertura.

c. Revisão da Política de Ruído do MassDEP

O MassDEP deverá ser orientado a atualizar a sua política de poluição sonora, a fim de fazer frente à disparidade de tratamento dos projetos propostos em zonas rurais versus urbanas. A

política atual facilita a instalação de certas infraestruturas em zonas com níveis mais elevados de ruído ambiente, que são frequentemente comunidades mais urbanas e densamente desenvolvidas. Em contrapartida, a norma torna muito difícil a realização de projetos no local, mesmo aqueles com impactos mínimos de ruído incremental, em zonas com níveis mais baixos de ruído ambiente.

d. Assistência Técnica

A EEA e/ou o DOER devem estabelecer um programa destinado a fornecer recursos técnicos para municípios, nações tribais e organizações comunitárias que sirvam populações em justiça ambiental. Em paralelo, a EEA e/ou o DOER devem estabelecer um centro de informações online para fornecer informações precisas e imparciais sobre as infraestruturas de energia limpa para os municípios. A EEA e/ou o DOER devem igualmente proporcionar educação e formação aos municípios. Esta assistência técnica estará disponível para apoiar a tomada de decisões local, o envolvimento e a facilitação da comunidade, responder e aconselhar sobre questões técnicas e questões relacionadas com os documentos de orientação do DOER, aconselhar sobre as melhores práticas e fornecer mediação não vinculativa sobre questões que dificultam o licenciamento local.

e. Acordos de Benefícios Comunitários

O Gabinete de Justiça e Equidade Ambiental (Gabinete EJ) deve criar orientações em todo o estado sobre planos e acordos de benefícios comunitários através de um processo de envolvimento das partes interessadas.

f. Critérios de Designação das Comunidades Verdes

A Comissão recomenda que o DOER atualize o programa de designação e concessão de comunidades verdes para se alinhar com o modelo de estatuto e orientação sugeridos acima. Recomendamos que o DOER também avalie oportunidades adicionais para apoiar e incentivar os municípios a disponibilizarem edifícios municipais e estacionamento para instalação de energia solar, potencialmente através dos programas Comunidades Verdes ou Comunidades Líderes do Clima.

g. Coberturas Solares

O DOER deve desenvolver incentivos adicionais para a implantação de coberturas solares em estacionamentos acima de determinada dimensão. Os incentivos devem incluir, mas não se limitar, ao estabelecimento de isenções de retrocesso e cobertura de construção de acordo com o código de construção e os estatutos locais; crédito de gestão de águas pluviais sob a política de águas pluviais do MassDEP, desde que a tecnologia de escoamento instalada satisfaça os requisitos de tecnologia de escoamento de água limpa do MassDEP. A Comissão recomenda que o DOER desenvolva também um grupo de trabalho para examinar a oportunidade de implantação de coberturas solares em estacionamentos controlados por estados e municípios, com o objetivo de incluir a redução de quaisquer encargos relacionados com um requisito de aquisição local a local. Além disso, a Comissão recomenda medidas executivas que orientem a implantação de coberturas solares em estacionamentos estatais com uma determinada dimensão (sempre que possível).

h. Processo de Aprovação de Revisão/Interconexão da DPU

Os atrasos na interconexão são o obstáculo mais grave à aceleração da criação de instalações de armazenamento e de energia solar. A DPU deverá proceder com a revisão dos seus mecanismos de aplicação dos prazos existentes, com especial incidência na forma como estes se relacionam com as aprovações de interconexão.

i. Revisão das Reformas de Localização e Licenciamento em 2030

Paralelamente à publicação do Boletim Climático para 2030, o Secretário deve emitir uma avaliação pormenorizada do desempenho de localização administrativa e legislativa e das reformas de licenciamento iniciadas em 2024 para as infraestruturas de energia limpa. O desempenho deve ser avaliado em relação a cada uma das três metas estabelecidas na Ordem Executiva N.º 620. Se a Comunidade não conseguir atingir o limite de 2030 para as emissões de gases com efeito de estufa (redução de 50% em relação aos níveis de 1990), o Secretário deverá considerar a avaliação de desempenho ao recomendar novas ações à Governadora destinadas a aumentar a probabilidade de atingir o limite de 2040 para emissões de gases com efeito estufa (redução de 75% em relação aos níveis de 1990).

Votação da Comissão sobre D.2 Reformas Não Legislativas

	a. Educação pública estadual	b. Estatuto de Zoneamento Modelo	c. Revisão da Política de Ruído do MassDEP	d. Assistência técnica	e. Acordos de Benefícios Comunitários	f. Critérios de Designação das Comunidades Verdes	g. Coberturas solares	h. Processo de Aprovação de Revisão/Interconexão da DPU	i. Revisão das reformas de localização e licenciamento em 2030
Resumos das votações									
A favor	18	14	14	17	15	15	15	14	17
Contrários	0	0	0	1	1	1	0	0	0
Abstenção	2	6	6	2	4	4	5	6	2
Não votaram	2	2	2	2	2	2	2	2	3

E. PROCESSO REGULATÓRIO

A legislação deve orientar explicitamente todas as agências do poder executivo envolvidas neste esforço para coordenar no que diz respeito ao cronograma dos seus processos regulatórios, de modo em que todas as regras propostas se movam simultaneamente ao longo do processo e haja transparência sobre a forma como todos estes vários processos de licenciamento se cruzarão à medida que o processo de regulamentação se desenrole. As agências responsáveis pela promulgação de regras e pelo desenvolvimento de orientações devem também ser orientadas a convocar um processo das partes interessadas que inclua as partes interessadas municipais, ambientais, climáticas, uso do solo, justiça ambiental, energia limpa e serviços públicos antes de iniciar qualquer regulamentação formal. As

agências deverão ter a flexibilidade necessária para determinar qual o conteúdo que melhor se integra nos regulamentos ou orientações.

As seguintes agências serão responsáveis pela promulgação de regulamentos e pelo desenvolvimento de critérios e orientações da seguinte forma:

1. EFSB: estabelecer regulamentos e diretrizes para infraestruturas que sejam jurisdicionais do EFSB, para revisões 'De Novo' de decisões de licenciamento locais e para licenças regionais e estaduais consolidadas emitidas para projetos de infraestrutura de energia limpa não jurisdicionais do EFSB que se qualificam para tal licença.
2. DOER: estabelecer regulamentos e diretrizes para as infraestruturas de energia limpa jurisdicionais não pertencentes ao EFSB sujeitas a um processo de licenciamento local.
3. EEA (em coordenação com seus escritórios e agências subordinados): desenvolver uma estrutura de adequação do local.
4. EEA (especificamente o Gabinete do EJ em coordenação com o EFSB e o DOER): estabelecimento de orientações para o envolvimento comunitário e Acordos de Benefícios Comunitários.

Os membros da Comissão das agências estatais declararam acreditar que 18 meses é o mais ágil que poderiam razoavelmente promulgar estes regulamentos após a promulgação da legislação. Muitos membros da Comissão, particularmente aqueles associados ao desenvolvimento de infraestruturas de energia limpa, defenderam um processo de regulamentação mais ágil.

Resumo das votações E processo regulamentar

A favor	16
Contrários	2
Abstenção	2
Não votaram	2

APÊNDICE A: VOTOS E OBSERVAÇÕES DO COMISSÁRIO

Votos e observações da Comissão sobre A.1. Definição de Infraestruturas de Energia Limpa

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	A National Grid concorda com a definição de "infraestrutura limpa de transporte e distribuição" e transfere para outros membros da Comissão as definições de "infraestrutura de energia limpa" e "infraestrutura limpa de geração e armazenamento" e outras definições associadas.
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	Contrários	Discordo da afirmação de que "as infraestruturas limpas de transporte e distribuição não devem incluir novas infraestruturas de transporte e distribuição que interliguem diretamente infraestruturas que não satisfazem a definição de infraestruturas de energia limpa, tal como definida na presente seção..." O objetivo desta comissão é facilitar a localização e o licenciamento das infraestruturas energéticas. Esta posição irá dificultar esse propósito.
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Embora esta definição possa ter de ser alargada à medida que são desenvolvidas novas tecnologias que possam acelerar a transição, este parece ser um ponto de partida adequado.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	Será necessário ter especial cuidado para assegurar que as cláusulas iii e iv da primeira frase não sejam vistas como uma forma de contornar a segunda frase no âmbito da "infraestrutura limpa de transporte e distribuição."
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy apoia o estabelecimento de definições de legislação estadual relativas a infraestruturas de energia limpa, com esclarecimentos. A Comissão centrou-se, em grande medida e de forma adequada, no aumento da necessidade futura de infraestruturas terrestres para a energia solar e transporte. As futuras iterações devem centrar-se nos benefícios e impactos de diferentes tipos de armazenamento e outros tipos de geração, como a eólica. A Comissão deve esclarecer que as instalações de armazenamento bombeadas seriam abrangidas pelo estado, e não pelo licenciamento consolidado local. As instalações de armazenamento bombeadas se enquadram na Lei Federal de Energia (Power Act) e exigem revisão e uma licença federal da Comissão Federal Reguladora de Energia. Essa licença inclui autorizações em nível estadual sob a Lei da Água Limpa (certificação 401) – e se for uma nova construção também sob a CWA 404 do Corpo de Engenheiros do Exército... e uma série de outras revisões.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	Mass Audubon recomenda que a definição de infraestruturas limpas de transporte e distribuição não inclua "(iii) propostas para garantir a confiabilidade e estabilidade da rede elétrica ou (iv) contribuam para facilitar a eletrificação dos setores da construção e de transportes." Trata-se de características amplas que não devem, por si só, ser utilizadas para justificar investimentos em novas infraestruturas que serão incorporadas na base tarifária sem análise de alternativas.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	Apreciar a flexibilidade adicional na definição de T&D.
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	

Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	Concorda com a ressalva de que, para que qualquer legislação resultante destas recomendações cumpra o mandato de equidade da Comissão, a norma de revisão do EFSB deve incluir a determinação de que a proposta do mecanismo não acrescente encargos cumulativos a bairros historicamente sobrecarregados.
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	Contrários	Nós precisamos de fato adicionar energia nuclear a esta lista - então, se uma instalação nuclear for autorizada aqui, a infraestrutura associada deve desfrutar de um processo de licenciamento acelerado - referência a uma citação de ontem 27/mar/24 "a secretária de Energia dos EUA, Jennifer M. Granholm, disse quarta-feira: 'A energia Nuclear é a nossa maior fonte de eletricidade livre de carbono, apoiando diretamente 100.000 empregos em todo o país e centenas de milhares indiretamente.'"
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Embora reconheça que a T&D é necessária para projetos de energia limpa, como instalações de baterias e de energia solar, considero que a natureza da recuperação dos custos destes projetos torna demasiado difícil agrupá-los para a elaboração de regras. Os proponentes sempre alegarão que QUALQUER T&D que não esteja diretamente ligado a uma instalação de geração de combustíveis fósseis é energia limpa -- mesmo que o mesmo projeto de 20 anos atrás tivesse conexão com energia limpa. As implicações desta situação traduzem-se na elaboração de legislação sobre a divulgação precoce da comunidade, os CBAs e outros aspectos deste trabalho e tornam difícil encontrar soluções que se apliquem a ambos os tipos de projetos - T&D e projetos energia limpas reais. Basicamente, eu gostaria de aprovar quase todas as sugestões deste relatório para uma categoria de projetos e não para outra, ou vice-versa. Agrupá-las impossibilita a minha votação, por isso as minhas abstenções.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

Votos e observações da Comissão sobre A.2. Resumo dos Tipos de Infraestruturas de Energia Limpa

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	A National Grid agradece as alterações que foram feitas nesta tabela para que a jurisdição do EFSB não fosse expandida para novos tipos de projetos, e que a redação da nota de rodapé 9 fosse revisada. A National Grid também considera que, para além das duas opções no quadro – adjudicação do EFSB (obrigatória ou opcional) e uma licença consolidada local –, deve haver uma terceira opção para uma licença consolidada não para infraestruturas de energia limpa de empresas de eletricidade adjudicatórias não-EFSB. Apreciamos que a nossa posição tenha sido reconhecida na Seção A.3.f.
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	Contrários	Precisamos incluir as instalações nucleares na geração de energia limpa.
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	Abstenção	A Tabela 1 é uma análise cuidadosa do ponto de partida para permitir vários tipos de instalações. No entanto, a declaração da nota de rodapé 10 relativa às instalações hidroelétricas bombeadas não é inteiramente correta. A construção de novas instalações de armazenamento bombeado e a atualização das instalações existentes exigem licenças locais.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	

Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy apoia o estabelecimento de definições de legislação estadual relativas a infraestruturas de energia limpa, com esclarecimentos. Uma vez que a produção eólica e solar em terra requer diferentes quantidades de terra e tem impactos diferentes nas pessoas e na natureza, deve haver limites de MW diferentes e de dimensões adequadas. A Comissão deve esclarecer que as instalações de armazenamento bombeadas seriam abrangidas pelo estado, e não pelo regime consolidado local. As instalações de armazenamento bombeadas se enquadram na Lei Federal de Energia (Power Act) e exigem revisão e uma licença federal da Comissão Federal Reguladora de Energia. Essa licença inclui autorizações em nível estadual sob a Lei da Água Limpa (certificação 401) – e se for uma nova construção também sob a CWA 404 do Corpo de Engenheiros do Exército... e uma série de outras revisões.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	Abstenção	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	A Mass Audubon recomenda um limiar muito mais baixo para projetos solares do que 25 MW. Os dados relativos aos projetos RPS Classe I indicam que a grande maioria das instalações solares em MA tem menos de 10 MW, o que continuará a ser verdade no futuro. Defendemos também que as cidades e a comunidade devem poder optar pelo processo de revisão do EFSB, independentemente da dimensão do projeto. A dimensão do projeto, por si só, não é um indicador útil para potenciais impactos para uma comunidade e para os recursos naturais.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	
Dorothy McGlinchy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	A Associação de Comissões de Conservação de Massachusetts (MACC) apoia o estabelecimento de definições de leis estaduais relativas à infraestrutura de energia limpa, com esclarecimentos. Deve haver um limite inferior a 25 MW para as licenças municipais, pois haverá uma enorme carga de trabalho para os municípios. Além disso, os pequenos projetos solares em telhado e os pequenos projetos construídos no ambiente podem estar sujeitos a requisitos mínimos de licenciamento para simplificar projetos para o uso doméstico e outros pequenos projetos de energia limpa. A produção eólica e solar em terra requer diferentes quantidades de terra e tem impactos diferentes nas pessoas e na natureza, pelo que deve haver limiares de MW diferentes e de dimensões adequadas.
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	Concorda com a ressalva de que, para que qualquer legislação resultante destas recomendações cumpra o mandato de equidade da Comissão, a norma de revisão do EFSB deve incluir a determinação de que a proposta do mecanismo não acrescente encargos cumulativos a bairros historicamente sobrecarregados.
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	Creio que a maioria das designações de instalações esteja correta.
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

Votos e observações da Comissão sobre A.3.a Definições de Infraestruturas de Energia Limpa Jurisdicionais do EFSB

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	A National Grid aprecia as revisões desta seção para responder às nossas preocupações sobre a expansão da jurisdição do EFSB. Isto permitiu-nos mudar o nosso voto para "a favor" com esta seção.
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	A mudança recomendada para um processo de licenciamento estatal consolidado é vital para que a Comunidade atinja os seus mandatos de redução de carbono. Isto é coerente com as reformas adotadas em outros estados que são líderes na obtenção de reduções de carbono. Recomendamos a inclusão de subestações não pertencentes ao EFSB na lista de instalações de serviços públicos que podem optar por ser revisadas pelo EFSB.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy apoia um processo de licenciamento estatal consolidado, com qualificações e esclarecimentos. Uma vez que a produção eólica e solar em terra requer diferentes quantidades de terra e tem impactos diferentes nas pessoas e na natureza, deve haver limites de MW diferentes e de dimensões adequadas. A Comissão deve esclarecer que as instalações de armazenagem bombeada não seriam abrangidas por licenças consolidadas estatais não locais. As instalações de armazenamento bombeadas se enquadram na Lei Federal de Energia (Power Act) e exigem revisão e uma licença federal da Comissão Federal Reguladora de Energia. Essa licença inclui autorizações em nível estadual sob a Lei da Água Limpa (certificação 401) – e se for uma nova construção também sob a CWA 404 do Corpo de Engenheiros do Exército... e uma série de outras revisões. A Comissão deverá definir a via de licenciamento exigida para as infraestruturas de energia limpa que não sejam automaticamente EFSB ou jurisdicionais a nível local.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	Mantemos as mesmas recomendações sobre alterações nos limites do projeto como nos comentários acima. Recomendamos uma definição muito clara do que significa "substancialmente alterado" no que diz respeito às linhas de transmissão.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	O licenciamento consolidado do EFSB constitui uma das principais melhorias no âmbito das recomendações da Comissão.
Dorothy McGlinchy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	O MACC apoia o processo de licenciamento consolidado com esclarecimentos adicionais. Como será finalizada a licença consolidada? As contribuições de grupos estaduais e locais farão parte do processo de decisão sobre quais aspectos dos programas regulatórios devem ser incluídos na licença simplificada? O MACC insta a participação contínua dos representantes municipais e ambientais no futuro para o processo consolidado de autorização (e localização).
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	Arise não pode apoiar estas medidas sem: - critérios adequados de adequação do local que respondam à justiça ambiental - o padrão de revisão do EFSB, incluindo a avaliação dos impactos cumulativos nas comunidades anfitriãs e uma avaliação 'De Novo' da necessidade do mecanismo específico
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	

Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	Concorda com a ressalva de que, para que qualquer legislação resultante destas recomendações cumpra o mandato de equidade da Comissão, a norma de revisão do EFSB deve incluir a determinação de que a proposta do mecanismo não acrescente encargos cumulativos a bairros historicamente sobrecarregados.
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	Contrários	Embora concorde com parte da redação aqui apresentada, continuo preocupado com o fato de que, utilizando a opção do EFSB, estaremos fazendo "mais do mesmo" e pensando que seremos capazes de encurtar o prazo, como era nossa responsabilidade. Mencionei várias vezes que não consideramos o H3215 como um veículo, talvez até revisado, para cumprir a missão da Comissão
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

Votações e comentários da Comissão sobre A.3.b Padrões do EFSB para Revisões de Projetos Jurisdicionais do EFSB

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	Embora a National Grid concorde com a maior parte do conteúdo desta seção, temos preocupações com a redação A.3.b.4 sugerindo que as orientações de adequação do local se apliquem a "qualquer nova infraestrutura de energia limpa, exceto as propostas nas faixas de domínio existentes". As diretrizes de adequação do local desenvolvidas para grandes projetos de localização pontual, como instalações solares e de armazenamento, provavelmente não seriam adequadas para instalações lineares, como linhas de transmissão, ou projetos de localização pontual menores, como subestações. Por estas razões, a National Grid opõe-se à aplicação de orientações de adequação do local à infraestrutura de serviços públicos, quer se situe ou não em uma faixa de domínio existente. Por conseguinte, recomendamos que a revisão A.3.b.4 seja coerente com as recomendações da Seção B, com a seguinte revisão: "identificar áreas que são preferenciais do ponto de vista da localização de infraestruturas de energia renovável [geração] e armazenamento". A National Grid também apoia a promulgação de regras e regulamentos no prazo de 12 meses em vez de 18 meses.
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	Nota: no ponto 3 - O envolvimento da comunidade deve incluir o envolvimento da mão-de-obra com a força de trabalho existente que pode ser afetada e considerações da mão-de-obra para a construção, operações e manutenção das instalações em consideração.
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Apoiamos com veemência o desenvolvimento de normas de localização e uma aplicação uniforme adaptada por tipo de instalação. Devem ser úteis para os promotores e agências em todos os níveis de governo. Separadamente, qualquer orientação de adequação do local deve reconhecer que a infraestrutura de transporte e distribuição, incluindo a eólica em mar, pode ter de atravessar ou ocupar terrenos que, de outra forma, seriam desejáveis evitar. A revisão alternativa do local ou da rota pelo EFSB deve poder ter em conta a necessidade das empresas de serviços públicos e os

		<p>promotores construirão linhas subterrâneas, interligarem-se com a nova geração de infraestrutura de energia limpa, servirem cargas crescentes em qualquer uma das nossas comunidades, etc. e que as suas opções de localização são mais limitadas do que para outros tipos de infraestruturas. Além disso, nos opomos à inclusão de uma redação no futuro que exija que todos os projetos não aumentem o ônus cumulativo de uma comunidade. Tal norma impediria, entre outras coisas, a adição de qualquer nova capacidade de transmissão ou distribuição em tais bairros, levando a "desertos de eletricidade" (comunidades mal servidas.) Tal norma é extrema demais. Por último, o período de 18 meses para a promulgação dos regulamentos deve ser encarado como um prazo, não como um objetivo.</p>
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	<p>The Nature Conservancy apoia muitas das medidas propostas como parte de um processo consolidado de licenciamento do estado, com qualificações e esclarecimentos. The Nature Conservancy tem o prazer de ver a inclusão da adequação do local e do envolvimento da comunidade no processo de pré-preenchimento. A combinação destes dois critérios, abordada no início do processo de localização e licenciamento, fornecerá dados científicos e conhecimentos comunitários para ajudar a informar na localização e concepção de um projeto. Contribuirá igualmente para a realização de acordos entre a comunidade e o promotor, a fim de evitar conflitos que possam atrasar o processo de licenciamento. E os resultados do processo de pré-preenchimento ajudarão a evitar impactos na natureza e nas pessoas. Estamos também satisfeitos por ver a inclusão dos Departamentos de Pesca e Caça e de Conservação e Recreação no desenvolvimento de diretrizes e regulamentos, devido à sua experiência em biodiversidade, vida selvagem e armazenamento e sequestro de carbono por terras naturais e de trabalho. Também instamos veementemente que a licença consolidada contemple a consideração e incorporação de questões ainda não incorporadas à localização e licenciamento a partir da lista abaixo. Deverá também haver autorizações para que o EFBS possa gerir e adotar de forma adaptativa questões novas e emergentes no futuro. Embora tenhamos o prazer de ver a menção desses tópicos em adequação do local, acreditamos que é importante esclarecer a fonte nas leis, políticas e planos de Massachusetts de cada um com o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • os objetivos da Lei do Roteiro Climático para Zero Emissões exigem a inclusão de terras naturais e de trabalho, sequestro e armazenamento de carbono. Estes estão incorporados nos objetivos, políticas e programas de proteção, gestão e restauração da terra nos Planos de Energia Limpa e Clima (2025/30 e 2050), Florestas como Soluções Climáticas, Iniciativa Terras Resilientes e o Plano de Ação Solos Saudáveis. • Os objetivos futuros da Comunidade para a proteção e restauração da biodiversidade sob a Ordem Executiva 618 para a Conservação da Biodiversidade da administração Healey-Driscoll em Massachusetts e a utilização de dados de habitat do BioMap para definir esses objetivos. • Os objetivos da Comunidade para adaptação e resiliência, identificados na avaliação do clima de Massachusetts e recomendados no Plano ResilientMass, e na Ferramenta de Desenho e Mapeamento de Padrões de Resiliência. • A Lei de Justiça Ambiental da Comunidade que exige a consideração de impactos cumulativos sobre os residentes e as populações de justiça ambiental
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	<p>A Mass Audubon apoia o desenvolvimento de um conjunto uniforme de normas para a revisão consolidada dos projetos. Apoiamos igualmente a inclusão do Departamento da Pesca e da Caça nas agências estatais que participarão no processo do estado. À luz dos milhares de hectares de terra necessários para instalar novas infraestruturas energéticas, será fundamental que os principais especialistas do estado em habitat da vida selvagem se envolvam no desenvolvimento de orientações. No que diz respeito às orientações de adequação do local (4), concordamos que isso pode e deve ser considerado durante o processo de pré-preenchimento, mas também deve</p>

		ser exigido como condição para receber uma licença nos processos de revisão e licenciamento locais e do EFSB. Além disso, as orientações de adequação do local devem aplicar-se a todas as CEI, não apenas às infraestruturas de produção e armazenamento.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	Acreditamos que 18 meses para estabelecer regulamentos e orientações não correspondem à urgência do momento. Recomenda-se reduzir para 12 meses. Concordo que os impactos cumulativos devem ser considerados (mas não um instrumento de veto) na concessão de infraestruturas de energia limpa em comunidades sobrecarregadas. As especificidades são, certamente, importantes tanto na forma como definimos os impactos cumulativos como na forma como são ponderados, particularmente em comunidades sobrecarregadas.
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	O MACC apoia muitas das medidas estatais propostas como parte do processo de autorização do estado, mas são necessários esclarecimentos. Todas as atuais agências de licenciamento farão parte do processo de tomada de decisão sobre a autorização simplificada? Haverá uma parte de comentários públicos neste processo? Temos prazer em ver que a adequação do local e o envolvimento da comunidade fazem parte do processo de pré-preenchimento. São necessários esclarecimentos adicionais para garantir que a localização não seja ignorada no processo de licenciamento consolidado.
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	Preocupa-me que o aspecto da consulta comunitária seja tratado como um exercício de verificação simples, tal como mencionado nas observações anteriores. A Arise espera ver um papel mais forte para a OEJE no desenvolvimento destas normas.
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	Contrários	Esta seção carece da especificidade necessária quanto ao nível de revisão do EFSB. Para que qualquer legislação resultante destas recomendações cumpra o mandato de equidade da Comissão, a norma de revisão do EFSB deve incluir a determinação de que a proposta do mecanismo não acrescente encargos cumulativos a bairros historicamente sobrecarregados.
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	Deve ser considerado a inclusão de uma redação legislativa que agilize a promulgação de regulamentos, resultando em uma redução do prazo de 18 meses atualmente previsto.
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	Concordo, mas o cronograma tem de ser mais ágil do que os 18 meses propostos. Não podemos esperar 18 meses para implementar algumas destas iniciativas se quisermos cumprir os nossos objetivos climáticos.
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Parece bom, mas na ausência de um impacto real da voz da comunidade no processo de tomada de decisão (critérios usados para tomar as decisões) parece que isto não seria nada mais do que um novo conjunto de itens a serem verificados. Os critérios para a tomada de decisões devem incluir conceitos de avaliação de impacto cumulativo – no entanto, o estado não define isso para os vários meios – ar, água, uso do solo, etc. Para a divulgação pública, por favor, faça uso das recomendações já fornecidas através do relatório da AGO sobre a localização, que recebeu contribuições das partes interessadas.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

Votos e observações da Comissão sobre A.3.c Processo Revisado do EFSB

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	A National Grid apoia em termos gerais o processo descrito na alínea A3(c), incluindo a aprovação construtiva e os recursos ao SJC, mas solicita que os recursos sejam dirigidos diretamente ao tribunal pleno em vez de a um juiz único.
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	Não tenho certeza sobre o cronograma de 6'15 meses no ponto 4 e se "o projeto será considerado aprovado para prosseguir" no ponto 6 "se nenhuma decisão for tomada pelo EFSB dentro do prazo estabelecido". Na Seção "C. aviso do projeto" "membros da comunidade afetados" devem incluir organizações trabalhistas, especificamente "Conselhos Centrais de Trabalho da Área Local"
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Endossamos a estrutura básica do processo proposto, embora não cada um dos pormenores. Por exemplo, antes do processo do EFSB, devem ser realizadas várias reuniões públicas em todas as jurisdições onde se propõe a instalação. Depois disso, haverá uma audiência pública do EFSB, seguida de oportunidade para visitar o local e intervir no processo. Após o longo processo de revisão e audiência do EFSB e o encerramento do registro probatório, é emitida a decisão provisória. Mais uma vez, são convidados comentários escritos das partes, bem como de "indivíduos ou grupos interessados". O que parece enganoso para o público é que, mesmo após a fase em que o registro foi encerrado e os comentários recebidos sobre a decisão provisória, a recomendação solicita ao Comitê de Localização que solicite outra rodada de comentários em sua reunião para deliberar sobre a decisão provisória. O nosso objetivo deve ser uma participação significativa, e não uma participação sem sentido ou sem fim. A participação e a contribuição devem ocorrer antes e durante a criação do registro probatório.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	A Nature Conservancy estaria disposta a apoiar um processo de licenciamento consolidado pelo estado com as seguintes qualificações e alterações. Mais importante, no âmbito do processo de licenciamento consolidado do estado, a autoridade das agências ambientais existentes e as suas leis e regulamentos sejam mantidas e não diluídas. Deverá existir uma presunção refutável das condições recomendadas por parte de outros organismos estatais que permita a sua inclusão na decisão final tal como redigida. Isto é especialmente verdadeiro para os requisitos -- e, em alguns casos, os maiores períodos de tempo necessários -- de programas designados pelo governo federal ao abrigo da Lei das Espécies Ameaçadas e da Lei da Água Limpa. Instamos vivamente a reforçar os requisitos para evitar, minimizar e atenuar os impactos sobre as pessoas e a natureza. Alteração da seção G, subseção (d) de "medidas e ações a serem tomadas para limitar os impactos nas pessoas e na natureza" para "medidas e ações para evitar, minimizar e mitigar os impactos nas pessoas e na natureza." Embora apoiemos o conceito de aprovação construtiva, não podemos apoiar o que aqui se propõe sem uma descrição e uma elaboração mais pormenorizadas do que isso pode implicar. Sob #6, acreditamos que há necessidade de fornecer uma "válvula de segurança" que iria estender prazos para consequências inesperadas estendendo o processo de licenciamento que não sejam culpa do município ou agências estatais. Quando forem propostos vários projetos em uma comunidade, simultaneamente ou ao longo do tempo, deve proceder-se a uma revisão dos impactos cumulativos e à aplicação da hierarquia de atenuação em relação aos impactos cumulativos.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	Contrários	O MMA concorda com o sentimento desta seção, mas tem preocupações sobre várias subseções que imporiam dificuldades aos municípios e removeriam oportunidades críticas de revisão e aprovação local. Alguns desses encargos incluem a remoção de oportunidades para os governos locais emitirem concessões de localização, a limitação de oportunidades para as comunidades desenvolverem MOAs, a falta de peso das condições de permissão recomendadas e a falta de garantia de que os governos municipais

		<p>poderão fornecer recomendações para condições de permissão. Temos preocupações adicionais relativas à subseção A.3.c.12 (Página 17) sobre a possibilidade de as decisões do EFSB serem objeto de recurso direto para um juiz único do Supremo Tribunal Judicial de Massachusetts, e a subseção "aprovação construtiva" da seção A.3.c sobre a capacidade de um interveniente recorrer de uma aprovação construtiva a um juiz único do Supremo Tribunal Judicial de Massachusetts. A Comissão não discutiu suficientemente se deveriam ser interpostos recursos para um juiz único ou para o SJC completo.</p>
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	<p>A Mass Audubon apoia firmemente um processo que pode simplificar e acelerar as revisões dos projetos necessários para descarbonizar o nosso setor elétrico através de um processo consolidado de verificação e emissão de licenças estaduais e federais que reduz a redundância e a duplicação. No entanto, é absolutamente fundamental que todos os regulamentos ambientais existentes sejam respeitados neste processo, que sejam incorporadas políticas e proteções futuras para a biodiversidade e as terras naturais e que seja concedido tempo suficiente para recurso. Além disso, este quadro precisa avançar significativamente a nossa abordagem atual para a localização do CEI, delineando explicitamente locais cada vez menos desejáveis para a localização do novo CEI -- a proteção das terras naturais e de trabalho, dos solos saudáveis e da biodiversidade são objetivos da Comunidade que ainda não foram formalmente codificados em objetivos ou políticas quantitativas, mas esta abordagem deve antecipar tais objetivos. Essa abordagem deverá também exigir a atenuação dos impactos sobre estes bens públicos. Tanto a nível estadual como local, esta abordagem deve fundamentar a necessidade de novas infraestruturas de T&D e considerar formalmente os impactos cumulativos do desenvolvimento adicional nas comunidades. Por último, recomendamos alargar o prazo de recurso para 30 dias. Também questionamos a utilização de um juiz único no Supremo Tribunal Judicial -- esta ideia não foi discutida ou examinada pela Comissão, motivo pelo qual a sua inclusão aqui é uma surpresa.</p>
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	<p>Acreditamos que 18 meses para estabelecer regulamentos e orientações não correspondem à urgência do momento. Recomenda-se reduzir para 12 meses.</p>
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	Abstenção	<p>O MACC concorda com grande parte desta recomendação, e estamos dispostos a apoiar um processo de licenciamento consolidado pelo estado com alguns esclarecimentos: - deve haver uma presunção refutável sobre as condições de licenciamento recomendadas pelas agências estatais que permita que elas sejam incluídas nas decisões finais. - As leis e regulamentos ambientais existentes devem ser mantidas, e não diluídas ou ignoradas no processo de consolidação.</p>
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	<p>A Arise não pode concordar, porque não existe uma menção específica aos impactos cumulativos e à análise das necessidades como parte da norma de revisão do EFSB. Os impactos cumulativos têm sido uma grande parte da nossa discussão, é necessária atenção e cuidado em nome do estado para criar uma definição e um padrão para uma análise dos impactos cumulativos. Arise, a mesa Justiça Ambiental e muitos outros estão prontos e dispostos a ajudar no desenvolvimento e implementação de tais ferramentas. Não podemos continuar cometendo o erro de considerar os projetos e investimentos em infraestruturas e redes como incidentes isolados que não se agravam quando localizados nas proximidades de outros desenvolvimentos.</p>
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	<p>Concorda com a ressalva de que, para que qualquer legislação resultante destas recomendações cumpra o mandato de equidade da Comissão, a norma de revisão do EFSB deve incluir a determinação de que a proposta do mecanismo não acrescente encargos cumulativos a bairros historicamente sobrecarregados.</p>

Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	Concordo, o cronograma tem de ser mais ágil do que os 18 meses propostos. Não podemos esperar 18 meses para implementar algumas destas iniciativas se quisermos cumprir os nossos objetivos climáticos.
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Opomo-nos a quaisquer esforços para reduzir ou consolidar a contribuição do público para o processo. Tornar-se interveniente é um processo difícil e assustador para a maioria das pessoas que normalmente não operam neste espaço, pelo que a oportunidade de apresentar comentários (A.3.c.17) das partes interessadas que não podem ser intervenientes é apreciado e deve ser retido. Além disso – as normas de revisão devem incluir uma declaração clara e uma revisão da necessidade e dos impactos cumulativos para as comunidades sobrecarregadas - o que inclui comunidades urbanas já sobrecarregadas por infraestruturas legadas, bem como comunidades rurais que já suportam uma grande parte da capacidade solar, em relação ao resto do estado.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	Abstenção	Preciso de esclarecimentos sobre a seção H.

Votos e observações da Comissão sobre A.3.e Apoio Financeiro do Interveniente

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	Esta declaração resume com precisão o apoio geral ao financiamento dos intervenientes na Comissão, juntamente com a falta de acordo sobre métodos ou fontes de financiamento para esse apoio. A National Grid recomenda que o legislador procure outros estados onde o financiamento do interveniente foi implementado para identificar modelos de financiamento do interveniente.
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	Contrários	Embora concorde que o apoio técnico e financeiro deve ser disponibilizado a comunidades menores que não disponham de pessoal e de conhecimentos especializados para desempenhar adequadamente estas funções necessárias, estou preocupado com o fato de os recursos financeiros possam ser consumidos por organizações mais sofisticadas que utilizarão estes recursos limitados para ampliar os programas existentes que possam ser contrários ao objetivo de facilitar o licenciamento e a localização de instalações de energia.
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	É necessária uma discussão mais aprofundada sobre o enquadramento, a elegibilidade, as fontes de financiamento e a recuperação dos custos antes de serem estabelecidos requisitos legislativos.
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	Abstenção	O Siting Practitioner Advisory Group aconselhou fortemente a prestação de assistência técnica aos municípios e grupos comunitários para compreender as tecnologias de energia limpa e os seus riscos (embora, ao mínimo). O Grupo Consultivo considera igualmente que pode ser benéfico para os requerentes, para o EFSB e para os intervenientes o fato de os intervenientes que não estejam familiarizados com o processo do EFSB sejam aconselhados por um advogado experiente. No entanto, durante os muitos meses do processo da Comissão, os proponentes do "financiamento interveniente" não explicaram a magnitude do financiamento procurado, quem seria responsável pelo pagamento, quem selecionaria as pessoas ou grupos para receber esse financiamento, como esse processo de seleção não levaria a mais atrasos, como as disputas sobre quem foi ou não selecionado seriam resolvidas, se os proponentes seriam elegíveis ou apenas oponentes, por que isso não afetaria negativamente a percepção das indústrias solar e de baterias de MA como um local para desenvolver projetos, e assim por diante. Consequentemente, não houve consenso dentro do Grupo Consultivo de que este conceito estava suficientemente maduro ou compreendido suficientemente bem para aconselhar a Comissão a prosseguir com a legislação. Os membros do Grupo Consultivo terão todo o prazer em trabalhar com a Procuradoria-Geral da

		República, os membros da Comissão e a Administração para ver em que circunstâncias e para que tipos de projetos este conceito pode ser adequado.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	A Nature Conservancy apoia uma abordagem mais ampla do apoio dos intervenientes e da comunidade, que inclua mais pormenores sobre a escala e os tipos de assistência técnica e financeira prestada, tais como: 1. permitir o envolvimento (remuneração, serviços de tradução e programação flexível de reuniões); 2. serviços de consultoria que contribuam para a interpretação dos dados e para os processos de licenciamento; 3. e assistência jurídica para intervir.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	No âmbito do processo de licenciamento local que foi proposto, as cidades serão responsáveis por permitir a grande maioria dos projetos de energia solar -- nenhum projeto de energia solar é susceptível de atingir o limiar proposto para entrar automaticamente na jurisdição do EFSB. Como tal, é fundamental que os municípios e os grupos comunitários tenham a capacidade de optar pelo EFSB e, em seguida, tenham acesso a apoio financeiro para participar nos procedimentos. E as comunidades que já acolhem dezenas de projetos terão de procurar ajuda do EFSB para considerar os impactos cumulativos de projetos adicionais propostos.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	O apoio financeiro do interveniente exigirá orientações claras de elegibilidade e limites máximos para o financiamento disponível, tanto na base individual das partes como no orçamento anual.
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	A autorização local exigirá um trabalho adicional significativo por parte dos municípios. No âmbito do processo de licenciamento local proposto, as cidades serão responsáveis por permitir a grande maioria dos projetos de energia solar—praticamente nenhum projeto de energia solar cumprirá os limites propostos para entrar automaticamente na jurisdição do EFSB. Será necessário apoio técnico e financeiro aos municípios.
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	Concordo com o comentário de John Walkey
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	O EFBS deverá trabalhar com a Procuradoria-Geral da República para desenvolver a abordagem relativa ao apoio financeiro dos intervenientes.
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	Concordo com o apoio financeiro - sugiro que haja uma fórmula/limite estabelecido.
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	Temos de ter muito cuidado com quem e como financiaremos este apoio. Temos de garantir que não serão apenas os contribuintes que acabarão apoiando todos estes esforços, fazendo com que as taxas sejam ainda mais elevadas.
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Isso é importante e o Gabinete do Procurador-Geral já reuniu partes interessadas para considerar os programas de outros estados para evitar armadilhas e criar um programa eficiente e eficaz para a Comunidade. É importante fazer isto de uma forma que facilite um processo equitativo e não potencialize o simples obstrucionismo só por ser difícil. Compreendemos a necessidade de barreiras de proteção e acreditamos que há uma série de soluções que não serão tão caras, mas irão melhorar o processo.

Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	Embora concorde com o princípio da prestação de apoio técnico e financeiro aos intervenientes, será importante assegurar que esse apoio seja especificamente disponibilizado aos intervenientes de baixo rendimento, às comunidades Justiça Ambiental e às CBO. Além disso, o limiar para a procura de apoio dos intervenientes não deve ser tão elevado que impeça efetivamente os intervenientes de procurarem apoio.
---	---------	---

Votos e observações da Comissão sobre A.3.f Autorização Regional e Estatal Consolidada para Projetos Jurisdicionais não Pertencentes ao EFSB

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	A National Grid aprecia que esta seção reconheça a necessidade de uma exploração mais aprofundada de opções de licenciamento não-EFSB. Estamos ansiosos por trabalhar com a Administração e outras partes interessadas nesta questão.
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	Contrários	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Gostaria de ver um processo não-adjudicatório, como uma licença geral para tais instalações, desde que os seus impactos esperados fossem mínimos.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	Abstenção	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	Abstenção	A conservação da natureza requer mais esclarecimentos antes de podermos expressar uma opinião.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	Abstenção	Não houve um debate adequado a nível da Comissão sobre este assunto. Dado o tempo insuficiente para rever esta seção, discutir potenciais projetos que se enquadram neste tipo de revisão, ou compreender as suas implicações, a Associação Municipal de Massachusetts discorda de que esta seção deva ser incluída nas recomendações finais.
Michelle Manion, Mass Audubon	Abstenção	Isto foi proposto tardiamente no processo para uma discussão suficiente.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	Acreditamos que a demonstração de "dificuldades" não deveria limitar-se apenas a projetos de utilidade pública.
Dorothy McGlinchy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	Abstenção	São necessários esclarecimentos adicionais antes do MACC poder emitir um parecer.
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	Acho um pouco ridículo que isto esteja incluído no documento de votação final, porque foi levantado em uma fase muito avançada do estudo. Não houve a devida conversação sobre a capacidade e o papel das agências estaduais e dos municípios.
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	Abstenção	A proposta foi levantada tardiamente no processo da Comissão e há muitas questões sem resposta em torno da capacidade do EFSB e do papel de outras agências estatais e municípios.
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	Manter a jurisdição proposta e esclarecer/acrescentar à redação para que seja consistente com outras recomendações de jurisdição/licenciamento, tais como: "A legislação deve exigir que os projetos de geração e armazenamento jurisdicionais não pertencentes ao EFSB que exijam uma ou mais licenças regionais ou estaduais possam aplicar ao EFSB para uma licença consolidada

		coabrindo todas as licenças estaduais e regionais, e que uma aprovação construtiva seja emitida se o EFSB não emitir uma determinação dentro de 6 meses."
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	A infraestrutura associada aos recursos energéticos limpos deve ser concluída em tempo útil.
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Este tema surgiu bastante tarde no processo e parece que não foi devidamente examinado, especialmente em termos da capacidade do EFSB e da forma como outras agências estatais e municípios interagiriam com este assunto.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

Votos e observações da Comissão sobre A.4. Licenciamento Local Consolidado e A.4.a. Infraestruturas Jurisdicionais de Energia Limpa Não Pertencentes ao EFSB

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	A National Grid geralmente apoia uma opção local, mas este apoio depende da capacidade de optar ou não pelo programa, a critério do candidato.
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Esta reforma é crítica porque resulta em um único recurso de todas as licenças locais a um juiz único do Supremo Tribunal Judicial, em vez de múltiplos recursos a múltiplos níveis do sistema judicial, abrangendo potencialmente 4 anos ou mais. Esta recomendação também deve ser alterada para ler que "Esta licença única consolidada deve abranger todas as licenças locais que um projeto de infraestrutura de energia limpa seria obrigado a obter para iniciar a construção E OPERAÇÃO. Isto seria coerente com o âmbito de aplicação da licença consolidada do estado descrita na Seção A.3. Além disso, o termo "jurisdicional não-EFSB" deve ser substituído por "jurisdicional local". "Não-EFSB" reflete com maior precisão que tais projetos possam necessitar de aprovações locais, estatais e/ou regionais, e não apenas locais.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	Manter o controle local, dentro das fortes orientações da emenda dover, tanto as proteções fornecidas à ASTGU no parágrafo 1 da MGL 40A s3 (conforme veiculado no parágrafo (d) da seção 2A do capítulo 61a) quanto a outros projetos solares nos termos do parágrafo 9 da MGL capítulo 40A S 3. Além disso, deve-se ter cuidado para garantir que as ASTGUs se enquadrem nas isenções agrícolas no âmbito da lei de proteção das zonas húmidas e nas proteções existentes contra os estatutos locais das zonas húmidas para a agricultura.
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	Uma vez que a produção eólica e solar em terra requer diferentes quantidades de terra e tem impactos diferentes nas pessoas e na natureza, deve haver limites de MW diferentes e de dimensões adequadas. A Comissão deve esclarecer que as instalações de armazenagem bombeadas não se enquadrariam nem no âmbito do licenciamento consolidado estadual nem local. As instalações de armazenamento bombeadas se enquadram na Lei Federal de Energia (Power Act) e exigem revisão e uma licença federal da Comissão Federal Reguladora de Energia. Essa licença inclui autorizações em nível estadual sob a Lei da Água Limpa (certificação 401) – e se for para uma nova construção também sob a CWA 404 do Corpo de Engenheiros do Exército... e uma série de outras revisões. Quando forem propostos vários projetos em uma comunidade, simultaneamente ou ao longo do tempo, deve proceder-se

		a uma revisão dos impactos cumulativos e à aplicação da hierarquia de atenuação em relação aos impactos cumulativos.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	Contrários	A Associação Municipal de Massachusetts discorda veementemente desta seção das recomendações da Comissão. Instamos veementemente a Comissão, bem como a liderança legislativa e executiva, a considerarem, em vez disso, uma opção de licenciamento local consolidada para os municípios. A fim de incentivar os municípios a optarem por este programa, a Comissão recomenda a inclusão do apoio financeiro aos municípios. Os incentivos podem incluir, mas não estão limitados a, financiamento comunitário de mitigação, subsídios para expandir a capacidade local, ajudar a conduzir o envolvimento comunitário associado e financiamento para programas de assistência técnica relacionados, potencialmente através do Programa Comunidades Verdes ou do Programa Comunidades Líderes Climáticos. A Comissão recomenda igualmente que a capacidade de pessoal adequada seja abordada a nível estadual, a fim de assegurar a execução bem sucedida do programa.
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	Não creio que a consolidação de licenças locais para projetos de infraestruturas de energia limpa deva ser "opcional."
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	Abstenção	O MACC apoia a racionalização de um processo de licenciamento local, mas apenas se houver incentivos para o processo de licenciamento e localização local; além disso, são necessários esclarecimentos para a autorização local consolidada. Existem requisitos técnicos e de tempo significativos que aumentarão a carga de trabalho dos funcionários municipais, muitos dos quais são voluntários. O limiar solar de 25 MW pode ser um limiar demasiadamente grande para que os municípios possam gerir facilmente e, uma vez que muitos dos projetos solares podem enquadrar-se nesta categoria, pode haver uma carga de trabalho significativa colocada nos Conselhos Municipais de Massachusetts. Além disso, o tamanho do projeto não é o mesmo que o impacto: um município com 15 campos solares já poderia ter proposto mais 2 campos solares para a vila/cidade, o que teria um impacto maior do que 2 novos projetos solares propostos para uma vila/cidade diferente sem nenhum projeto solar atual. É necessário abordar os incentivos. O MACC está preocupado com o fato de a autorização de zonas húmidas, que é uma autorização estatal, mas emitida a nível local, poder ser afetada negativamente por este processo. É necessária discussão adicional. Por exemplo: quem coordenará ou liderará o processo de licenciamento local? Sem recursos financeiros e técnicos significativos, o processo de licenciamento local poderia entrar em colapso sob o peso do processo. Como será aplicada a Lei das Reuniões Abertas? Todos os conselhos municipais e comissões se reunirão ao mesmo tempo, ou os conselhos se reunirão separadamente? Uma solução única não serve necessariamente para todos. Outra questão: o que acontecerá com os projetos extremamente pequenos nos telhados ou nos quintais das casas? O requerente passará por este processo, assim como os projetos de 25 MW? Pedimos flexibilidade, mais discussão e um processo com incentivos e opções. Finalmente, os municípios locais são os que conhecem o "coração" da sua comunidade e os estatutos e portarias locais foram promulgados por boas razões. Uma discussão mais aprofundada ajudará a esclarecer este processo.
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	As normas relativas ao envolvimento público e à consideração dos impactos cumulativos devem ser tão coerentes quanto possível com o processo do EFSB, a fim de garantir a equidade.

Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	Abstenção	Este aspecto tem de ser mais discutido com os municípios, mas constitui uma parte importante do novo processo proposto.
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	A consolidação parece boa, mas devemos estar cientes de todas as formas de garantir que o conhecimento das autoridades locais e os conhecimentos especializados locais sejam de alguma forma transferidos para o processo do EFSB.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	Embora eu apoie um caminho que crie um processo local consolidado, isso deve ocorrer juntamente com apoios adicionais para cidades e vilas. Estes devem incluir o estabelecimento de uma Divisão de Localização e Licenciamento de Energia, que deve estabelecer normas estaduais claras para a revisão local, oferecer assistência técnica às cidades e vilas para apoiar a implementação do processo consolidado e promover requisitos no âmbito do novo processo.

Votos e observações da Comissão sobre A.4.b Divisão DOER de Localização e Licenciamento de Energia

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	Abstenção	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	O DOER é uma ótima opção para desempenhar esta função, dada a sua longa história com a administração de programas para geradores de energia limpa e sua familiaridade com os desafios enfrentados pelos municípios e desenvolvedores no âmbito do Programa Comunidades Verdes.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy apoia firmemente a criação da Divisão de Localização e Licenciamento de Energia do DOER. O apoio do DOER será essencial para ajudar as comunidades de baixa capacidade e com poucos recursos.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	Abstenção	Apoiamos esta subseção, embora não possamos apoiar esta seção na íntegra sem uma redação que preveja claramente uma opção local para os municípios adotarem para emitir licenças consolidadas para a infraestrutura de energia limpa.
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	A Mass Audubon apoia a criação e o financiamento adequado de uma nova divisão de energia no âmbito do DOER. Recomendamos que o pessoal de outras agências estatais com experiência em questões ambientais, metas estaduais para terras naturais e de trabalho, biodiversidade, impactos de justiça ambiental e zoneamento sejam financiados para apoiar a nova divisão, conforme necessário. Dado que certas cidades e regiões já suportam uma carga desproporcionada para as infraestruturas energéticas e requerem mais apoio, recomendamos que os coordenadores regionais sejam mais amplos e não atribuídos a regiões específicas.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	A MACC concorda com este processo, mas serão necessários esclarecimentos adicionais para mostrar como o DOER pode apoiar comunidades com poucos recursos. É necessário que algum operador do Circuito de Energia ou outros ajudem no processo de licenciamento local e estadual. O pessoal deve ter competências ambientais e técnicas para garantir que os projetos avancem

		rapidamente, ao mesmo tempo que implementa os requisitos de adequação do local.
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	Contrários	Isso me parece a divisão proposta pelo H3215, o que tornaria a divisão separada e não abaixo do DOER, pois isso não tornaria a nova divisão independente.
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Parece bom. Advertiria que os esforços para impedir que as pessoas que têm interesse no processo recorram ou participem neste processo deveriam ser reduzidos. Os problemas que estamos abordando estão diretamente relacionados com o fato de este processo ser complicado e de difícil acesso— não queremos perpetuá-los.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	Esta divisão deve ter na sua competência a capacidade de prestar apoio financeiro às cidades e vilas para cumprirem o processo de licenciamento local consolidado acima descrito.

Votos e observações da Comissão sobre A.4.c. Normas Estaduais para Revisão Local

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Concordo com o impulso da recomendação; no entanto, as normas de localização devem ser coerentes com os estatutos da Comunidade, incluindo o Capítulo 40A, s. 3, que limita o uso da autoridade local de zoneamento para excluir instalações solares e de armazenamento; além disso, as minúcias relativas aos requisitos de pré-licenciamento (como o número de minutos que uma reunião deve igualar ou exceder) incluídas nesta recomendação não devem ser incluídas na legislação que autoriza o DOER a promulgar regras relevantes; esse nível de detalhe deve ser determinado através do processo de regulamentação após as partes afetadas terem tido a oportunidade de ser ouvidas e não devem ser ditadas antes do fato; além disso, a frase "evitar, minimizar e mitigar impactos" deve ser reafirmada se usada na legislação para rastrear corretamente a redação nos regulamentos do MEPA: 11.01(4)(c).1 "...destaca Seção 61 Conclusões que especificam, com base no EIR, todos os meios viáveis a utilizar para evitar danos ao ambiente ou, na medida em que os danos ao ambiente não possam ser evitados, para minimizar e mitigar os danos ao ambiente na medida do possível..." por último, o prazo de 18 meses deve ser considerado uma data final, não um objetivo.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	

Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	além disso, ao fazer isso, deve-se tomar cuidado para não fornecer poderes jurisdicionais mais amplos do que os atualmente existentes na emenda Dover e nos estatutos das zonas húmidas.
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy apoia as Normas Estaduais para a Revisão Local. Gostaríamos de ver os Departamentos de Pesca e Caça e Conservação e Recreação mencionados na lista de agências essenciais no desenvolvimento de regulamentos e orientações. Gostaríamos de ver a seção de adequação do local reforçada: Substitua a palavra "como" pelas palavras "aplicar o." Gostaríamos que esta seção fizesse ligação com outras recomendações da Comissão sobre a necessidade e o nível de apoio e assistência técnica do estado para comunidades mal servidas e com capacidade limitada (como a Divisão de Localização e Licenciamento no DOER).
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	Contrários	A Associação Municipal de Massachusetts apoia o desenvolvimento de normas de saúde e segurança imparciais e básicos para abordar um dos principais desafios identificados no processo local: confusão e medo sobre os impactos na saúde e segurança. O MMA discorda do processo e da abordagem adotados por estas recomendações para exigir que os municípios participem nesse processo, quando uma opção local seria muito mais preferível.
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	A Mass Audubon concorda, em princípio, com uma abordagem simplificada e padronizada para a concessão de licenças locais de projetos de energia limpa. Os projetos de energia Solar em telhados e coberturas de parques de estacionamento, em particular, devem ter uma abordagem padronizada para acelerar as licenças. No entanto, recomendamos fortemente que as cidades e municípios -- especialmente aqueles que já acolhem infraestruturas de energia limpa consideráveis -- sejam suficientemente apoiados para poder avaliar adequadamente os impactos dos projetos. É fundamental observar que os impactos de um projeto não são apenas em função de seu tamanho ou capacidade, mas sua localização específica, os benefícios (ou a falta deles) do projeto para a comunidade e outros fatores devem ser considerados. Estamos muito satisfeitos em ver o nosso pedido de criação de partes responsáveis que estarão sujeitas a medidas de execução na proposta adicionada a este conjunto de recomendações. Por último, recomendamos vivamente que o Departamento de Pesca e Caça seja também envolvido na consulta ao DOER sobre o estabelecimento de normas estatais para a revisão local.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	O MACC concorda com os conceitos desta seção, mas são necessários mais detalhes e debates. Estamos satisfeitos em ver que a orientação de adequação do local é mencionada nesta seção além de uma declaração sobre as partes responsáveis e a aplicação. Temos preocupações quanto às normas comuns para uma licença única que consolidem todas as aprovações locais necessárias, porque a mesma coisa nem sempre serve para todos. Ficamos felizes em continuar trabalhando com a EEA, MMA e outros para garantir que as preocupações dos grupos locais possam ser abordadas em futuros padrões estaduais e revisões locais. É necessário reconhecer a necessidade de apoio estatal e de assistência técnica aos municípios.
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	as normas relativas ao envolvimento público e à adequação do local devem corresponder ao processo do EFSB, a fim de preservar o pouco capital atualmente mantido.
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	As orientações de adequação do local devem ter em conta os impactos da justiça ambiental.

Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	Deve ser considerado a inclusão de uma redação legislativa que agilize a promulgação de regulamentos, resultando em uma redução do prazo de 18 meses atualmente previsto.
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Parece bom, embora devamos garantir que o processo de participação pública e a avaliação da adequação do local correspondam ao processo do EFSB, tanto quanto possível, para garantir a equidade.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	Estas normas estaduais para a revisão local devem também incluir orientações sobre limiares mínimos para o envolvimento significativo da comunidade e orientações sobre a criação de acordos de benefícios comunitários, que devem incluir um componente da força de trabalho.

Votos e observações da Comissão sobre A.4.d. Processo de Licenciamento Local Revisado

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	Em geral, a National Grid concorda com o processo, dependendo das observações no ponto A.3.g e recomenda ainda simplificar o processo de recurso para que haja um recurso direto para o SJC.
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Esta recomendação é uma abordagem razoável para melhorar o status quo de processos de licenciamento locais longos e descoordenados que terminam em múltiplos recursos. Todos os conselhos e comitês locais detém o direito de rever o projeto, com base nos seus conhecimentos locais. As regras e estatutos devem incluir em uma única licença aquilo que consideram ser as condições adequadas para a construção e exploração da instalação ou para a recusa total ou parcial do pedido. O Comitê de Localização sempre teve a capacidade de equilibrar os interesses estaduais e locais para garantir um fornecimento necessário de energia, e isso deve continuar acontecendo ao abrigo desta recomendação. O prazo de 18 meses para a promulgação das regras deve ser encarado como um prazo final, não como um objetivo. O prazo de 12 meses para a apresentação de um pedido de licenciamento local consolidada é mais longo do que alguns processos de licenciamento local demoram atualmente; a aprovação construtiva deve representar pouco risco à luz desse prazo alargado; a capacidade de recurso deve limitar-se àqueles que são "substancial e especificamente afetados" (c. 30A § 10) pelo resultado do processo e não por alguma "outra parte com um interesse substancial. "
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	Abstenção	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	deve-se ter o cuidado de coordenar particularmente a aplicação da autorização de zonas húmidas, que tem jurisdições estaduais e locais interligadas, e exigir que o governo local emita licenças de acordo com as diretrizes estaduais, mas também permitir um papel para a revisão do estado e para o estado substituir a jurisdição local, confundindo a questão, quanto ao que é uma aprovação "local" e o que é uma aprovação "estatal".
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy estaria disposta a apoiar um processo de licenciamento local consolidado com as seguintes qualificações e alterações. Mais importante ainda, no âmbito do processo de licenciamento local consolidado, deve haver uma presunção refutável de que as condições recomendadas por outras agências locais sejam incluídas na decisão final tal como redigida. É preciso mencionar a necessidade de os conselhos locais envolvidos serem obrigados a ter conhecimentos especializados e conhecimentos sobre os temas da biodiversidade, terras naturais e de trabalho, resiliência e justiça ambiental, e também o processo de

		<p>envolvimento da comunidade. Quando não possuem essa experiência, podem solicitar assistência e recebê-la do DOER ou de seu designado, como uma agência de planejamento regional ou consultor com experiência em localização e licenciamento de infraestrutura ambiental e energética e planejamento do uso da terra. É necessário que haja uma integração do processo de pré-licenciamento sobre o envolvimento da comunidade e a adequação do local mencionados nos regulamentos e orientações desenvolvidos (acima). Instamos vivamente a reforçar os requisitos para evitar, minimizar e atenuar os impactos sobre as pessoas e a natureza. alteração da seção G, subseção (d) de "medidas e ações a serem tomadas para limitar os impactos nas pessoas e na natureza" para "medidas e ações para evitar, minimizar e mitigar os impactos nas pessoas e na natureza." Acreditamos que é necessário prever uma "válvula de segurança" que alargue os prazos em caso de consequências inesperadas, prolongando o processo de licenciamento que não seja culpa do município ou das agências estatais. Quando forem propostos vários projetos em uma comunidade, simultaneamente ou ao longo do tempo, deve proceder-se a uma revisão dos impactos cumulativos e à aplicação da hierarquia de atenuação em relação aos impactos cumulativos.</p>
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	Contrários	<p>O MMA está empenhado em trabalhar em forte parceria para alcançar os objetivos climáticos da Comunidade. Opomo-nos veementemente à obrigatoriedade da consolidação de processos locais de licenciamento relacionados com a localização e o desenvolvimento de energia limpa. Acreditamos que um caminho mais frutífero é permitir um programa incentivado de opcionalidade que se esforce para alcançar os nossos objetivos climáticos comuns, ao mesmo tempo que capacita o DOER a fazer uma parceria verdadeira com o governo local.</p>
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	<p>Apoiamos totalmente um processo local consolidado com as condições delineadas acima pelos nossos colegas do The Nature Conservancy. Nosso comentário anterior sobre o recurso ser examinado por um juiz único do SJC também se aplica aqui.</p>
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	<p>Necessidade de definir "interesse substancial" de forma juridicamente defensável. Acreditamos que 18 meses para estabelecer regulamentos e orientações não correspondem à urgência do momento. Recomenda-se reduzir para 12 meses.</p>
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	Abstenção	<p>A MACC concorda com os objetivos, mas não apoiamos totalmente esta seção. No âmbito do processo de licenciamento local consolidado, deve haver uma presunção refutável de que as condições recomendadas por outras agências locais estejam incluídas na decisão final tal como redigida. É necessário que haja uma integração do processo de pré-licenciamento sobre o envolvimento da comunidade e a adequação do local mencionados nos regulamentos e orientações desenvolvidos (em outras seções deste documento). Quando forem propostos vários projetos em uma comunidade, simultaneamente ou ao longo do tempo, deve proceder-se a uma revisão dos impactos cumulativos e à aplicação da hierarquia de atenuação em relação aos impactos cumulativos. Como mencionado anteriormente, não há clareza sobre quem é responsável pela consolidação das licenças a nível local, como será mantido o cumprimento Lei de Reuniões Abertas; como os impactos cumulativos serão tidos em conta no processo; como os municípios serão incentivados para os requisitos adicionais de carga de trabalho e tempo. A MACC insta a consideração da proposta do MMA para uma opção local de optar por não participar do processo local devido a vários fatores.</p>
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	<p>Concordo com a ressalva de que, para que qualquer legislação resultante destas recomendações cumpra o mandato de equidade da Comissão, a norma</p>

		de revisão do EFSB deve incluir a determinação de que a proposta do mecanismo não acrescente encargos cumulativos a bairros historicamente sobrecarregados.
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	Deve ser considerado a inclusão de uma redação legislativa que agilize a promulgação de regulamentos, resultando em uma redução do prazo de 18 meses atualmente previsto.
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	Abstenção	Isto tem de ser tratado mais rapidamente do que em 18 meses e passar mais tempo com os municípios.
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Parece bom.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

Votos e observações da Comissão sobre A.5 Alterações ao Conselho de Localização das Instalações Energéticas e A.5.a Mandato Estatutário do EFSB

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	Contrários	
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	

John G Tzimirangas, Energy New England	Abstenção
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor

Votos e observações da Comissão sobre A.5.b Composição do Quadro de Instalações Energéticas

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	A National Grid concorda no geral com as propostas aqui apresentadas, com algumas ressalvas. Em primeiro lugar, o EFSB deve incluir membros com experiência em energia e engenharia em um domínio diretamente relevante para o CEI – por exemplo, planejamento de transmissão ou engenharia elétrica, em vez de engenharia civil. Em segundo lugar, instamos veementemente a Comissão a recomendar o pessoal de todas as agências, não apenas do EFSB, a um nível que lhes permita revisar a onda de projetos de infraestruturas de energia limpa de forma atempada e coerente.
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	Abstenção	Votei 'abstenção' porque esta votação engloba áreas demais para uma resposta. O mandato do EFSB deve ser expandido para incluir a alínea (ii) "...trabalho, força de trabalho e justiça econômica..." A atual representação no EFSB deve ser mantida com a possibilidade de adicionar um pequeno número de membros adicionais. Há sobreposição nos grupos de membros adicionais propostos para representar o grupo. Conteí 4-5 áreas de especialização propostas pelos membros que poderiam ser caracterizadas como preocupações ambientais. Não apoio uma adesão rotativa ao EFSB.
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Se tiver pessoal adequado, pode ser muito útil para todos os envolvidos no processo.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy aprecia a inclusão de novas áreas de especialização no EFSB, mas gostaria de ver mais detalhes sobre quem traria essa experiência. The Nature Conservancy acredita firmemente que a composição do recém-configurado EFSB tem de refletir a nova era do desenvolvimento de infraestruturas energéticas. Estamos entrando em um novo paradigma de desenvolvimento e construção de infraestruturas de energia limpa, o que exigirá mais utilização do solo. Como mencionado acima no relatório das recomendações da Comissão: "a Comissão identificou que muitos dos objetivos, políticas e planos relacionados ao clima recentemente estabelecidos pela Comunidade ainda não foram incorporados à localização e licenciamento, como Terras Naturais e de Trabalho, resiliência climática, biodiversidade e equidade e justiça ambiental. Alguns estatutos e regulamentos relevantes estão defasados e não facilitam de maneira eficaz a descarbonização equitativa." Uma das formas de representar estes objetivos no EFSB seria acrescentar o Departamento de Pesca e Caça (especialização em biodiversidade), o Departamento de Conservação e Recreação (especialização em terras naturais e de trabalho) - e manter o Departamento de Proteção Ambiental (ar, água e carbono azul). Uma alternativa à adição de Departamento de Pesca e Caça e Departamento de Conservação e Recreação ao EFSB seria ter um assento rotativo entre as três agências ambientais cujas competências possam ser acessadas em função dos impactos da infraestrutura.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	O EFSB absolutamente necessitará de recursos adicionais para conduzir as suas obrigações alargadas no âmbito do processo de licenciamento

		consolidado aqui proposto. Isto também se aplica às cidades e vilas, que terão novas obrigações significativas no âmbito da revisão local proposta. A Mass Audubon recomenda fortemente que o âmbito do estudo de gestão seja alargado de modo a incluir uma avaliação da carga de trabalho adicional, dos recursos e das necessidades de pessoal das cidades e vilas que terão de rever a grande maioria dos projetos de geração (ou seja, energia solar e armazenamento) no âmbito da abordagem de licenciamento consolidada local proposta. Apoiamos a criação de um novo Gabinete de Envolvimento Comunitário, embora com a ressalva de que este não possa substituir o pessoal e os recursos a nível local necessários para emitir licenças de cidade.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	Embora concorde com a maior parte do item A.6, continuo preocupado com o fato de as palavras "o EFSB o deverá... assegurar que as infraestruturas EVITEM, minimizem e atenuem os impactos ambientais MÁXIMA EXTENSÃO PRATICÁVEL...." poderia levar a vetos de fato em projetos de infraestruturas de energia limpa que de outra forma seriam dignos.
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	3-7 é de uma extensão ridícula, não só é uma grande faixa, mas 3 pessoas representando a longa lista de competências solicitadas é ridícula. Não há menção à adesão pública mínima. Não tenho motivos para crer que uma comissão concebida a partir desta recomendação abordaria adequadamente as cargas apresentadas pela Comissão.
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	Concordo com a ressalva de que é necessária mais especificidade em relação à adesão do público.
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	Contrários	Não creio que a Comissão deva ditar os membros deste Conselho. Penso também que há muitos membros, é preciso ser um grupo menor. Também não deve haver rotação no Conselho, tal como foi discutido a nível da Comissão.
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	O Gabinete de Envolvimento Comunitário é uma coisa boa. O novo mandato estatutário soa bem, mas a forma exata como essas diferentes prioridades serão ponderadas no processo de tomada de decisão não é clara, na melhor das hipóteses. E sem uma garantia de representação no Conselho, não sentimos que a equidade pesará tanto quanto outras considerações. Especialmente sem algum tipo de reconhecimento dos impactos cumulativos.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

Votos e observações da Comissão sobre A.5.c Pessoal, Financiamento e Honorários e A.5.d. Escritório de envolvimento comunitário

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	

Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor
John G Tzimirangas, Energy New England	Contrários
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor

Votações e observações da Comissão sobre o A.6 Papel do MEPA no Licenciamento

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	A concordância da National Grid depende da continuação do trabalho com a Administração e outras partes interessadas na reforma de licenciamento não-EFSB.
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	Abstenção	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	A introdução inicial do MEPA no processo do EFSB e o fato de o MEPA servir como um autodenominado "guardião" é contrário ao objetivo de acelerar a implantação de infraestruturas de energia limpa. O MEPA pode prestar os seus serviços de consulta informal e informar os requerentes do EFSB sobre quaisquer desenvolvimentos políticos emergentes, sendo uma das muitas agências estatais que participam no processo de revisão consolidada do EFSB. A duplicação entre a revisão do EFSB e a revisão do MEPA tem de ter fim o mais rapidamente possível. Os requisitos de divulgação e participação do MEPA podem ser integrados nos requisitos do processo de pré-licenciamento do EFSB sem dar continuidade à revisão substantiva duplicada. O Siting

		Practitioners Advisory Group ficaria feliz em continuar a trabalhar com o pessoal do EFSB e do MEPA para realizar esse processo de integração.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	Abstenção	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy apoia firmemente um papel para o MEPA. O MEPA desempenha um papel importante no processo de pré-licenciamento, no qual a revisão do MEPA serviria como um requisito necessário antes da apresentação ao EFSB. O MEPA também tem autoridade para adotar a consideração e incorporação de questões emergentes, tais como: ● os objetivos da Lei do Roteiro Climático para o Zero Emissões exige a inclusão do sequestro e armazenamento de carbono em terras naturais e de trabalho. Estes estão incorporados nos objetivos, políticas e programas de proteção, gestão e restauração da terra nos planos de Energia Limpa e Clima (2025/30 e 2050), Florestas como Soluções Climáticas, Iniciativa Terras Resilientes e o Plano de Ação Solos Saudáveis. ● Os objetivos futuros da Comunidade para a proteção e restauração da biodiversidade sob a Ordem Executiva 618 da Administração Healey-Driscoll para a Conservação da Biodiversidade em Massachusetts e a utilização de dados de habitat do BioMap para definir esses objetivos. ● Os objetivos da Comunidade para adaptação e resiliência, identificados na avaliação do clima de Massachusetts e recomendados no plano ResilientMass, e na Ferramenta de Desenho e Mapeamento de Padrões de Resiliência. ● A Lei de Justiça Ambiental da Comunidade que exige a consideração de impactos cumulativos sobre os residentes e as populações de justiça ambiental
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	A Mass Audubon recomenda que o MEPA esteja envolvido em qualquer aplicação da adequação de local durante a parte de pré-licenciamento do processo. Embora compreendamos as preocupações sobre o tempo economizado ao evitar licenças desnecessárias, no entanto, consistente com nossos comentários acima de que as licenças locais e estaduais deveriam ser obrigadas a pesar os critérios de adequação do local como condição para a emissão de uma licença, apoiamos um papel para a MEPA durante o processo de revisão da licença.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	Abstenção	A abstenção reflete a minha posição de que a revisão do MEPA deve ser incorporada no processo adjudicatório proposto pelo EFSB.
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	Abstenção	Apoiamos um papel para o MEPA. Mais discussão se faz necessária.
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	Estas recomendações em toda a parte A, constituem o mínimo denominador comum naquilo que a instalação e licenciamento de infraestruturas de energia limpa poderia constituir como um processo equitativo. Sinto que, no entusiasmo desta comissão pela localização abreviada e pelo licenciamento com prazos, a cobrança coigual pela equidade e pelo envolvimento da comunidade foi esquecida. As reformas supramencionadas foram confirmadas por esta comissão porque a comissão atendeu ao interesse das empresas, não dos residentes da nossa comunidade.
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	Concordo que não se atingiu um consenso. O envolvimento da equipe do MEPA, uma revisão pré-licenciamento semelhante ao MEPA e as conclusões do G.L.c. 30, seção 61, são fundamentais para um envolvimento público eficaz em qualquer quadro reformado do EFSB.
Mark Sylvia, BlueWave Solar	Abstenção	

Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tziorangas, Energy New England	A favor	O processo MEPA precisa de ser integrado no novo processo e não permitir que atrase o processo de pré-licenciamento, como tem sido uma preocupação da Comissão.
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	O MEPA é importante e deve ser integrado de alguma forma, a fim de realizar parte da eficiência necessária desejada, mas parece que há risco excessivo para algumas entidades com o desejo de remover o MEPA por completo para aproveitarem esta oportunidade em nome da "energia limpa". Esperemos que o trabalho que tem sido desenvolvido para melhorar o alcance e o envolvimento da comunidade, bem como os futuros esforços para definir avaliações de impacto cumulativas, possam ser incorporados em um processo do MEPA incorporado ao processo EFSB, a fim de concretizar o nosso desejo de minimizar a duplicação de esforços e acelerar as coisas sem comprometer as preocupações comunitárias e ambientais.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

Votações e observações da Comissão sobre B. Localização

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	A National Grid apoia o âmbito da análise de adequação do local expressa nesta seção com a seguinte revisão: "a metodologia deve identificar áreas preferenciais do ponto de vista da localização das infraestruturas de energia renovável e de armazenamento" e solicita que esta linguagem seja também utilizada nas seções A.3.b.4 e A.4.c.4. Recomendamos também que o título desta seção seja alterado para algo que reflita melhor o seu conteúdo, por exemplo, "Padrões de Adequação de Local para Armazenamento e Geração Renovável". Neste ponto, muitos participantes da indústria entendem a palavra "localização", isoladamente, como uma referência ao EFSB.
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Acordamos, desde que sejam reconhecidas as limitações e a imprecisão de tais metodologias de mapeamento e que a infraestrutura de transporte e distribuição ainda possa ser instalada e permitida com uma análise alternativa razoável do local e/ou da rota que resulte na ocupação ou travessia de terras que, de outra forma, seriam desejáveis evitar.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy apoia fortemente a adequação do local. Na ausência de leis e regulamentos de localização e licenciamento que forneçam proteções para metas, políticas e planos recentemente desenvolvidos para terras naturais e de trabalho, metas de biodiversidade, resiliência e justiça ambiental, a adequação do local pode ser uma maneira eficaz de pré-selecionar e influenciar a localização e o desenho de projetos. Também incentivamos fortemente a adequação do local para incorporar a abordagem holística e integrada no desenvolvimento da Estratégia de Proteção Estadual do Uso do Solo no Plano de Energia Limpa e Clima de 2050. A adequação também pode ajudar a determinar ações e medidas na hierarquia de mitigação que ajudam a evitar, minimizar e mitigar os impactos nas pessoas e na natureza. A adequação do local no processo de pré-seleção pode ajudar a economizar tempo e dinheiro. Um estudo da Califórnia documenta que os projetos localizados em terras com maior valor de conservação demoram mais e são mais caros. "Na última década, a Califórnia investiu em um planejamento proativo em escala paisagística para a energia solar que integra

		informações de conservação e direciona o desenvolvimento para locais de baixo valor em biodiversidade. Em 16 estudos de caso, "o Green Light Study indica que a localização de baixo impacto da energia solar em escala de utilidade...permitiu cronogramas mais de duas vezes e meia mais curtos. Os projetos situados em terrenos de baixo valor da biodiversidade demoram, em média, treze meses a contar do anúncio do projeto até a emissão da licença, em comparação com os 35 meses para os projetos solares localizados em terrenos de alto valor da biodiversidade." A adequação do local também deve: garantir que as condições locais sejam incluídas, ouvindo as vozes locais para a sua experiência vivida e conduzindo a verdade do terreno com uma pesquisa no local. Os critérios de adequação do local devem ser flexíveis, de modo a permitir uma gestão adaptativa adequada às condições futuras. E a adequação do local deve ser significativa, como o uso de uma escala numérica para pontuação. Aguardamos também com expectativa o processo do Gabinete Executivo de Energia e Assuntos Ambientais para desenvolver um plano holístico e integrado de utilização do solo que possa aplicar medidas como a adequação do local a todos os aspectos do desenvolvimento e da conservação.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	A Mass Audubon defendeu, ao longo dos trabalhos desta Comissão, que possamos construir os recursos energéticos limpos de que necessitamos para cumprir os nossos ambiciosos objetivos de descarbonização muito mais rapidamente e com significativamente menos conflitos e oposição, se identificarmos critérios e áreas preferenciais de localização antes de serem propostos projetos específicos. Esta abordagem para a 'localização proativa' abriu caminho para a construção de recursos eólicos em mar críticos após mais de uma década de oposição às primeiras propostas de projetos. Apoiamos o desenvolvimento de uma metodologia de adequação do local e podemos fornecer nossas próprias melhores estimativas de terras que acreditamos que possam apoiar o desenvolvimento solar. E apoiamos o uso de critérios de localização em processos de pré-licenciamento, também acreditamos que as licenças devem ser condicionadas a uma localização que evite e minimize e exija mitigação quando a localização resultar em impactos nos recursos naturais, carbono terrestre, biodiversidade e criar desigualdades para as comunidades.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	É preciso ter cuidado no desenvolvimento da metodologia de adequação do local, a fim de evitar a criação de barreiras a projetos desenvolvidos de forma responsável.
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	O MACC apoia fortemente os requisitos de adequação do local - precisamos equilibrar a proteção de zonas húmidas, espaços abertos, terras do Artigo 97 e carbono natural à medida que avançamos para a localização de infraestruturas de energia limpa. A adequação do local também deve: garantir que as condições locais sejam incluídas, ouvindo as vozes locais para a sua experiência vivida e conduzindo a verdade do terreno com uma pesquisa no local. Os critérios de adequação do local devem ser flexíveis, de modo a permitir uma gestão adaptativa adequada às condições futuras. E a adequação do local deve ser significativa, como o uso de uma escala numérica para pontuação.
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	Os processos de adequação do local não podem ser realizados de forma adequada sem ter em conta os impactos cumulativos e a análise das necessidades, não podemos continuar examinando as questões de localização como dores de cabeça únicas ou incidentes isolados. Os impactos do desenvolvimento das infraestruturas aumentam ao longo do tempo, quer sejam demonstrados no uso do solo, no impacto econômico ou na saúde pública.
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	

Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Parece bom — como sempre -- a análise dos impactos cumulativos tem de ser definida e incorporada.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	Esta metodologia de adequação do local deve também ter em conta os objetivos de produção habitacional da Comunidade. A metodologia deve levar em conta ainda o zoneamento residencial local.

Votos e observações da Comissão sobre C. Requisitos de Pré-Preenchimento para Instalações Jurisdicionais EFSB

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	A National Grid concorda com o estabelecimento de requisitos de pré-licenciamento, mas tem duas objeções importantes. Em primeiro lugar, no ponto C.3, a National Grid não concorda com a exigência de se reunir efetivamente com funcionários eleitos/nomeados ou ouvidores, uma vez que a National Grid não tem qualquer controle sobre se ou quando outra parte se reunirá com eles. Em vez disso, a Comissão deve recomendar ao peticionário que demonstre os seus esforços para oferecer reuniões às partes interessadas enumeradas. Em segundo lugar, detalhar os meios para a reunião pública (meio, duração, duração das perguntas e respostas) não garante um envolvimento significativo. Em vez disso, a National Grid sugere que o Comitê exija uma opção virtual e permita que o feedback na reunião dite a duração e o conteúdo.
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	O ponto 5 deve incluir o Conselho Central Local do Trabalho da AFL-CIO
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	Abstenção	Não está claro qual seria o impacto em projetos potencialmente atrasados
Catherine Finneran, Eversource	A favor	Apoio ao engajamento precoce e requisitos claros de engajamento pré-preenchimento. É necessária uma discussão mais aprofundada sobre os detalhes dos requisitos de participação pré-preenchimento através de fóruns de partes interessadas, bem como as implicações de custos.
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	Contrários	Não há objeções a novos requisitos para uma participação significativa da comunidade e contribuições em projetos suficientemente antecipados no processo para permitir a realização de mudanças úteis. Além disso, não há objeções no pagamento de custos de qualquer mitigação ambiental necessária, incluindo ruído, impactos visuais, poeira, tráfego durante a construção, substituição de parques sacrificados, etc. No entanto, é difícil perceber como seria do interesse dos contribuintes ou da procura de redução de carbono adicionar um mandato neste momento crucial que exige que sejam feitos pagamentos às comunidades anfitriãs ou indivíduos nas comunidades anfitriãs em troca de licenças para a tão necessária infraestrutura de energia limpa. Não houve praticamente qualquer discussão por parte da Comissão de qualquer magnitude ou forma de administração destes pagamentos. Além disso, os custos desses pagamentos terão de ser recuperados junto dos clientes de energia solar, dos clientes de armazenagem ou dos clientes de serviços públicos, em função do tipo de instalação. A noção de que os acionistas ou os investidores em energia limpa irão absorver estes custos é infundada e enganosa. A acessibilidade é uma preocupação séria em Massachusetts; ter que pagar comunidades ou indivíduos em comunidades por construir instalações no local só aumentará esse problema de acessibilidade aumentando o custo da transição para uma economia livre de carbono. Por estas razões, discordo respeitosamente desta recomendação. Veja abaixo sugestões adicionais sobre o processo para explorar o conceito de pagamentos comunitários em D.2.e Acordos de Benefícios Comunitários

Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy apoia fortemente o envolvimento precoce da comunidade na fase pré-licenciamento. Pensamos que o envolvimento precoce permitiria aos promotores fornecer melhores alternativas para a localização e o design do projeto. Um melhor envolvimento proporciona oportunidades para ouvir experiências vividas pelos membros da comunidade e considerar valores e considerações únicos da comunidade. Foi comprovado que a personalização de um projeto em alinhamento com a comunidade conduz a um processo de licenciamento mais suave, com menos desafios e objeções. O tempo dedicado ao envolvimento da comunidade proporciona um retorno do investimento que pode salvar o vínculo a longo prazo.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	Apoiamos muitos destes requisitos de pré-licenciamento, mas também recomendamos fortemente que sejam exigidos acordos de benefícios comunitários em vez de consultivos. Muitas comunidades que acolhem infraestruturas de energia limpa não se beneficiam destes projetos, incluindo a falta de acesso aos benefícios na fatura elétrica pela energia solar comunitária, por exemplo. É necessário exigir pacotes que proporcionem benefícios às comunidades de acolhimento para criar apoio público a estes projetos.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	O MACC apoia o envolvimento precoce da comunidade na fase pré-licenciamento. Pensamos que o envolvimento precoce permitiria aos promotores fornecer melhores alternativas para a localização e o design do projeto. Os fluxogramas que mostram as "rampas de entrada" e "rampas de saída" do processo de pré-licenciamento e licenciamento beneficiarão o público e os requerentes neste processo. Os prazos para o processo devem ser incluídos no fluxograma.
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	Será fundamental ter a liderança da OEJE no desenvolvimento de normas, a fim de garantir a melhoria em relação às práticas atuais. A Arise não acredita que as entidades corporativas que controlam serviços essenciais para gerar lucro sejam capazes de agir "de boa fé".
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	Esta é uma abordagem razoável para o pré-licenciamento, em um quadro que inclui o padrão de revisão do EFSB observado nos meus comentários anteriores.
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	Abstenção	Embora possa concordar com muitos dos pontos acima enumerados, ainda não tenho certeza do momento e da duração deste processo e gostaríamos de compreender este impacto no cronograma.
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Feliz em ver tudo isto. Esperamos que isso possa ser padronizado entre as agências para que os BMPs básicos de boa governança possam ser implementados - talvez liderados pelo Escritório de justiça ambiental e equidade. No que diz respeito ao ponto 5 e à referência aos Acordo de Benefícios Comunitários – penso que neste momento seria melhor deixar isso de lado, uma vez que os Acordo de Benefícios Comunitários são uma grande

		indecisão, pois temos sérias dúvidas sobre a inclusão de Acordo de Benefícios Comunitários ou acordos da comunidade anfitriã em projetos que possam fazer parte de um cenário tarifário.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	Na seção 5, eu gostaria de incluir os grupos de trabalho como parte de um eventual órgão consultivo. Penso também que um Acordo de Benefícios Comunitários deveria ter em conta as oportunidades de trabalho, de mão-de-obra e de formação que o projeto poderia proporcionar.

Votação e observações da Comissão sobre D.1 Reformas Legislativas

D. 1.a. Prorrogações De Licenças

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	Abstenção	Não é possível apoiar a legislação sem submetê-la ao processo interno de Mesa Redonda
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Recomendado pelo Siting Practitioner Advisory Group. Os projetos de energia limpa plenamente licenciados não devem ter as suas aprovações encerradas simplesmente porque estão à espera de autorização para se interligarem. Esta é uma recomendação muito restrita que seria inestimável para cumprir os sublimites de 2030.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	Abstenção	The Nature Conservancy não tem informações suficientes para fazer uma escolha fundamentada sobre como esta recomendação ajudaria a atingir os objetivos da Ordem Executiva para ajudar a acelerar o processo de localização e licenciamento e alcançar a equidade.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	Isto é simples e direto e nós apoiamos.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	
Dorothy McGlinchy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	Abstenção	O MACC não dispõe de informações suficientes para tomar uma decisão fundamentada sobre esta seção.
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	Esta é uma resposta razoável aos atrasos de interligação das concessionárias
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	

John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Pelo menos enquanto estive no CEISP, não vejo que tenha havido muita conversa em torno dos atrasos nos acordos de interconexão que parecem ser tão longos quanto atrasos de licenciamento, embora sem um funcionário público com quem gritar.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	Abstenção	

D.1.b. Reforma dos Recursos

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	Abstenção	
Catherine Finneran, Eversource	Abstenção	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Recomendado pelo Siting Practitioner Advisory Group. O atraso e as despesas de defesa contra múltiplas ondas de recursos serão atenuados em grande medida se o licenciamento consolidado, conforme recomendado pela Comissão, for promulgado e as regras promulgadas. No entanto, mesmo que isso ocorra, não haverá alterações materiais até 2026. Estas reformas complementares que envolvem o Tribunal de Terras permitiriam a realização de melhorias no processo de recurso nesse ínterim. Isso poderia melhorar materialmente a capacidade da Comunidade de atender aos nossos sublimites de 2030.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	Abstenção	The Nature Conservancy não tem informações suficientes para fazer uma escolha fundamentada sobre como esta recomendação ajudaria a atingir os objetivos da Ordem Executiva para ajudar a acelerar o processo de localização e licenciamento e alcançar a equidade.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	Contrários	
Michelle Manion, Mass Audubon	Abstenção	Discussão insuficiente
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	Abstenção	O MACC não dispõe de informações suficientes para tomar uma decisão fundamentada sobre esta seção.
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	Não é adequado que a Comissão de Localização recomende isto separadamente das reformas acima referidas.
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	Contrários	Não é adequado que a Comissão de Localização recomende isto separadamente das reformas acima referidas.
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	

Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Não creio que eu esteja devidamente informado sobre a natureza da inclusão do Tribunal de Terras nesta matéria e qual seria esse impacto para os membros da comunidade que procuram recorrer de decisões adversas.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	Abstenção	

D. 1.c. Elegibilidade do Armazenamento de Energia para a Certificação EFSB

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	Abstenção	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Recomendado pelo Siting Practitioner Advisory Group. Se as recomendações da Comissão para autorizações consolidadas forem aprovadas, esta reforma complementar pode deixar de ser necessária para que as instalações de armazenamento se veja aliviada das licenças locais ficando injustificadamente atrasadas, condicionadas ou negadas. No entanto, nesse ínterim, essa mudança é extremamente necessária para que os projetos de armazenamento sejam desenvolvidos na Comunidade até que o estado consolidado permita a implementação.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	Abstenção	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	Abstenção	The Nature Conservancy não tem informações suficientes para fazer uma escolha fundamentada sobre como esta recomendação ajudaria a atingir os objetivos da Ordem Executiva para ajudar a acelerar o processo de localização e licenciamento e alcançar a equidade.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	Contrários	
Michelle Manion, Mass Audubon	Abstenção	Discussão insuficiente
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	Abstenção	
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	Não é adequado que a Comissão de Localização recomende isto separadamente das reformas acima referidas.
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	

Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Compreendo agora. Parece razoável.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

D.1.d. Esclarecimento sobre Autorizações DPU em Linhas de Transmissão

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	A National Grid apoia firmemente esta proposta, que eliminaria um processo de localização secundário e muito confuso para as linhas de transmissão apenas na DPU. O Tribunal observa que o pessoal do EFSB está atualmente encarregado de implementar as revisões da Seção 72 e que liberá-los desta tarefa criaria mais largura de banda para o trabalho adicional associado às outras recomendações da Comissão.
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	Abstenção	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Isto atualizaria o Capítulo 164 para remediar outra área clássica de duplicação no processo de licenciamento da instalação de energia de Massachusetts.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	Abstenção	Esta ideia tem boas intenções, mas não está claro o que a DPU poderia ou faria em relação às interconexões, dada a autoridade da FERC e da OATT.
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	Abstenção	The Nature Conservancy não tem informações suficientes para fazer uma escolha fundamentada sobre como esta recomendação ajudaria a atingir os objetivos da Ordem Executiva para ajudar a acelerar o processo de localização e licenciamento e alcançar a equidade.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	Abstenção	Discussão insuficiente / Âmbito Externo
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	Abstenção	
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	Contrários	Fora do âmbito da Comissão
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	

Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Mais uma vez, outro tópico aleatório que me pareceu um pouco fora do comum. Não sinto que tenho informações para avaliá-lo.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

Votações e observações da Comissão sobre D.2 Reformas Não-Legislativas

D.2.a. Campanha Estadual De Educação Pública

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Embora não seja um substituto para a reforma das licenças, tal campanha de educação poderia atenuar parte da oposição baseada puramente na falta de familiaridade com a forma como a eletricidade é produzida e distribuída.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy apoia fortemente uma campanha de educação pública. A campanha deve incluir vários elementos para ajudar a informar e construir o conteúdo, as mensagens e os mensageiros, incluindo: 1. Convocar diversas partes interessadas para desenvolver um entendimento comum das perspectivas de cada um e encontrar ponto comum. Por exemplo, o diálogo recente entre promotores de energia solar e conservacionistas identificou prioridades mutuamente aceitáveis, tais como projetos construídos perto de infraestruturas existentes têm um impacto ambiental mais baixo quando comparados com projetos em paisagens mais intactas. No entanto, estes projetos têm maior visibilidade por parte do público. Uma solução vantajosa para todos resultaria de uma maior aceitação pública de projetos solares visíveis dentro e perto de ambiente construído. 2. Realização de pesquisas de opinião pública para entender melhor as percepções, a compreensão e os níveis de apoio do público às energias renováveis.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	A Mass Audubon apoia firmemente o investimento em uma campanha estratégica de comunicação e educação pública para explicar claramente o ritmo e a magnitude da transição energética e as suas implicações para as comunidades e os residentes. Como parte disso, o público precisa ter certeza de que o estado implementou fortes salvaguardas para reduzir os impactos no meio ambiente e maximizar os benefícios líquidos para as comunidades associadas a novas infraestruturas. Embora não haja nenhuma maneira de eliminar completamente a oposição local a novos projetos, o público em geral apoiará amplamente a implantação de energia limpa quando tiver uma compreensão clara dos seus benefícios líquidos e souber que está sendo implantado de forma responsável.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	

Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	O MACC apoia firmemente uma campanha de educação pública. Teremos prazer em trabalhar com a EEA e outros por este esforço.
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	Será fundamental ter a liderança do Gabinete de Justiça Ambiental na definição da visão para este plano. O Gabinete de Justiça Ambiental deve dispor de recursos adequados para realizar este trabalho.
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	isso também deve incluir a educação sobre a natureza atual e tênue da infraestrutura da rede e a necessidade de modernização da rede
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Parece ótimo e seria uma grande ajuda para envolver o público no sistema elétrico, o que deve ajudar no financiamento e no licenciamento.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

D.2.b. Estatuto de Zoneamento Modelo

Alexandra Blackmore, National Grid	Abstenção	
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Fortemente recomendado pelo Siting Practitioner Advisory Group. Útil para muitos municípios, incluindo aqueles com pessoal escasso.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	Abstenção	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy apoia um estatuto de zoneamento baseado em modelo atualizado, uma vez que as comunidades necessitam de apoio e aconselhamento sobre localização e licenciamento.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	Apoiamos a atualização do estatuto municipal de energia solar modelo de 2014, bem como a sua expansão para incluir o armazenamento de energia. Encorajamos vivamente o esclarecimento da relação entre um estatuto municipal de zoneamento atualizado e o item 40A, sec iii da lei estadual de zoneamento.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	Concordo com a premissa, mas isso pode exigir mais discussão e verificação.
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	Abstenção	O MACC concorda com a utilização de estatutos de zoneamento modelo para utilização como guia pelos municípios e pelo EEA, mas é necessário reconhecer que uma única solução não serve para todos. As comunidades costeiras são muito diferentes das comunidades do interior; os fluxos de

		água fria exigem proteções especiais que outras áreas podem não precisar; a remoção de árvores tem um impacto significativo no Efeito das Ilhas de Calor - tanto nas áreas urbanas como nas rurais.
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	Abstenção	
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Também parece bom.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

D.2.c. Revisão da Política de Ruído do MassDEP

Alexandra Blackmore, National Grid	Abstenção	
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	Abstenção	
Catherine Finneran, Eversource	Abstenção	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Fortemente recomendado pelo Siting Practitioner Advisory Group. De acordo com os padrões atuais, as comunidades com baixos níveis de ruído ambiente noturno estarão sempre isentas de hospedar instalações de armazenamento de baterias. Isso parece ser injusto.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	Abstenção	Esta disposição acrescenta uma "política" que, embora possa valer a pena, vai além da "reforma da localização", tal como entendo que seja o âmbito da Comissão.
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy considera que deveria haver uma abordagem equitativa para a localização e o licenciamento. As normas de ruído contribuirão para garantir que as comunidades urbanas não continuem a suportar um fardo injusto de acolher infraestruturas energéticas.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	Concordo com a premissa, mas isso pode exigir mais discussão e verificação.
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	

Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	O ruído incomoda - parece ok.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

D.2.e. Assistência Técnica

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Fortemente recomendado pelo Siting Practitioner Advisory Group. Tal serviço seria inestimável para todos os envolvidos no processo de localização e licenciamento.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy apoia firmemente a assistência técnica. Fornecer informações precisas com base científica em uma câmara de compensação baseada na Web e com especialistas ao vivo que possam responder a perguntas e reduzir os impactos da desinformação e das campanhas de desinformação.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	Discordo -- A Comissão nunca nomeou um representante indígena, recomendações não devem ser feitas na ausência de consulta aos governos tribais, Comissão de Assuntos Indígenas de Massachusetts, e o Centro Indígena Norte-Americano de Boston
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	

Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	Contrários	Como a Comissão nunca nomeou um representante indígena, as recomendações que mencionam as nações tribais não devem ser feitas na ausência de consulta aos governos tribais, a Comissão de Assuntos Indígenas de Massachusetts e o Centro Indígena Norte-Americano de Boston.
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	Com a ressalva de que precisamos explicar como é conseguido o financiamento para esta assistência técnica.
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Assistência técnica tudo bem, mas por favor certifique-se de que isso seja financiado e que esteja sendo informado pelas comunidades justiça ambiental, incluindo governos tribais que foram em grande parte deixados de fora deste processo.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

D.2.e. Acordos de Benefícios Comunitários

Alexandra Blackmore, National Grid	Contrários	A National Grid apoia o conceito do H.3215 de criar um fundo estatal para garantir que as comunidades, em geral, e as comunidades de justiça ambiental, em particular, se beneficiem da transição para uma energia mais limpa.
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	Abstenção	Respeitosamente, um processo de envolvimento das partes interessadas em pagamentos a comunidades ou indivíduos, presidido exclusivamente pelo Escritório de Justiça Ambiental, pode parecer razoavelmente ter um resultado predeterminado. É pouco provável que produza uma adesão das partes interessadas, exceto por parte dos defensores das pessoas susceptíveis de receber tais pagamentos. Qualquer processo das partes interessadas relativo aos pagamentos às comunidades teria de ser conduzido (e não apenas assistido) por um grupo com conhecimentos especializados em desenvolvimento e economia de projetos de energia limpa, noções básicas de recuperação das taxas de utilidade, uma apreciação das diferenças jurídicas e práticas entre projetos financiados pelo governo federal ou estadual versus projetos financiados por investidores privados ou contribuintes, práticas em outros estados relativas à dimensão e ao tipo de instalação a que tais requisitos se aplicariam no MA e incentivos alternativos com boa relação custo-benefício para incentivar a aceitação dos projetos pela comunidade. Seria igualmente necessário proceder a uma verificação transparente das implicações em termos de custos para os contribuintes e promotores. Sem esse tipo de experiência que conduza o processo das partes interessadas, juntamente com o Gabinete de Justiça Ambiental, a conversa pode não avançar. Os promotores de projetos de energia limpa não se opõem aos pagamentos de atenuação relativos aos impactos ambientais. No entanto, a adoção de requisitos de pagamento comunitários obrigatórios, na ausência de adesão dos promotores, pode afetar negativamente a percepção de que MA seja um local para investir em infraestruturas de energia limpa.

Carrie Hitt, Vineyard Offshore	Abstenção	OSW já se envolve em Acordo de Benefícios Comunitários detalhados e prolongados. A descrição neste documento é demasiadamente curta/abreviada para compreender o que está contemplado, que mudanças ocorreriam, quem deveria estar envolvido, etc.
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy apoia firmemente a disposição relativa aos Acordos Comunitários de Benefícios (CBAs). Foi comprovado que os CBAs ajudam a mitigar os impactos nas comunidades e proporcionam os benefícios de uma transição energética limpa, como o desenvolvimento da força de trabalho, as receitas fiscais locais e a redução dos custos energéticos. A pesquisa empírica mostra que os CBAs ajudam a localizar e licenciar em escala local.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	O MMA apoia esta seção e quer garantir que as comunidades tenham a capacidade de projetar e adaptar seus acordos para evitar, minimizar e/ou mitigar os impactos do desenvolvimento da infraestrutura. Encorajamos orientações adicionais para ajudar os governos municipais a navegar adequadamente no desenvolvimento dos CBAs.
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	A Mass Audubon apoia o desenvolvimento de orientações para o desenvolvimento de planos de benefícios comunitários. Consideramos que estes devem ser exigidos, e não voluntários, para projetos com uma certa dimensão e nível de impacto, tal como o são para projetos eólicos em mar. Estes devem ser um meio primário para garantir que os residentes locais usufruam de reduções de faturas, ou seja, onde os projetos comunitários de energia sejam viáveis, e tenha outros benefícios como o desenvolvimento econômico local. Também nos opomos à inclusão dos custos dos acordos de benefícios comunitários na base tarifária.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	Concordo em grande parte com este ponto, mas minha aceitação depende da noção de que o custo dos CBAs não deve ser de forma alguma suportado pelos contribuintes ou utilizado no cálculo da taxa de retorno do lucro para o proponente do projeto,
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	O Gabinete de Justiça Ambiental deve dispor de recursos adequados para realizar este trabalho.
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tziorangas, Energy New England	A favor	Isso deve ser coordenado com os municípios e o MMA
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Os CBAs constituem um grave obstáculo devido ao agrupamento em projetos de CE com T&D. Eu me oponho, nos termos mais fortes possíveis, a quaisquer CBAs que sejam incluídos em casos de taxa ou utilizados no cálculo do ROR. Apontar para o OEJE parece um pouco ridículo, mas nunca chegaríamos a acordo sobre isto, dada a mistura de projetos agrupados.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	Isso deve estar ligado aos limiares de engajamento das partes interessadas descritos acima e deve incluir considerações de mão-de-obra, força de trabalho e treinamento.

D.2.f. Critérios de Designação da Lei das Comunidades Verdes

Alexandra Blackmore, National Grid	Abstenção	
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Fortemente recomendado pelo Siting Practitioner Advisory Group.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	Abstenção	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy apoia fortemente o alinhamento dos incentivos às Comunidades Verdes para apoiar os esforços e capacidades adicionais que serão exigidos às comunidades no âmbito da localização e licenciamento consolidadas locais. Preferimos que os incentivos ajudem a impulsionar as infraestruturas energéticas para o ambiente construído e para os terrenos já desenvolvidos.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	Acreditamos que as Comunidades Verdes são um portal crítico para a divulgação de informações confiáveis sobre a transição para a energia limpa, bem como uma oportunidade para implantar incentivos criativos para a energia solar em ambiente construído e em terras de baixo impacto.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	Contrários	a lei das Comunidades Verdes deve ser rescindida em sua totalidade, e não reforçada, pois aumentou drasticamente o custo de novas construções e agora de reformas
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Parece bom!
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

D.2.g. Coberturas Solares

Alexandra Blackmore, National Grid	Abstenção	
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Fortemente recomendado pelo Siting Practitioner Advisory Group. As coberturas solares são geralmente muito mais caras para desenvolvedores e clientes do que as instalações montadas no solo. Esta recomendação pode ajudar a eliminar alguns dos desincentivos ao desenvolvimento de coberturas em MA.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	Abstenção	Esta disposição acrescenta uma "política" que, embora possa valer a pena, vai além da "reforma da localização", tal como entendo que o âmbito da Comissão é.
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy apoia incentivos que ajudem a impulsionar a infraestrutura energética para o ambiente construído e para as terras já desenvolvidas.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	Abstenção	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	A Mass Audubon apoia plenamente a proposta de apoiar uma implantação muito mais ampla de coberturas solares nos estacionamentos. Nosso estudo descobriu que existem 55.000 acres de estacionamentos na Comunidade, e que a implantação de energia solar em menos da metade deles poderia fornecer quase 10 GW de nova capacidade solar. No entanto, estas instalações são mais caras do que as montadas no solo. Precisamos redistribuir os incentivos estaduais e federais e também sermos criativos em abordar a relutância dos proprietários de edifícios em implantar esses sistemas devido a preocupações com a opcionalidade.
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	
Dorothy McGlinchy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	O MACC apoia fortemente a instalação de projetos solares e outros no ambiente construído, estacionamentos e energia solar em edifícios municipais.
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	

Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	
---	---------	--

D.2.h. Processo de Aprovação de Revisão/Interconexão da DPU

Alexandra Blackmore, National Grid	Abstenção	
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	Abstenção	
Catherine Finneran, Eversource	Abstenção	Um processo existente está em vigor para que este possa ser avaliado através do Grupo de Trabalho de Interconexão da DPU
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Fortemente recomendado pelo Siting Practitioner Advisory Group. Para garantir que estão a ser dedicados recursos adequados à redução dos tempos de fila para interligação, a DPU deve rever os seus mecanismos de aplicação existentes e os seus esforços atuais para garantir a conformidade.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy considera que a DPU deve rever os processos relacionados com as interconexões e tomar decisões para melhor capacitá-los.
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tzimirangas, Energy New England	Abstenção	
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	Não me lembro de ter falado muito sobre isso - mas pode ter acontecido antes de eu entrar. Parece ok - também vale a pena avaliar os atrasos pelo lado da concessionária.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

D.2.i. Revisão das Reformas de Localização e Licenciamento em 2030

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	Não votaram	
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	
Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	A favor	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	Trata-se de uma abordagem razoável para qualquer novo programa.
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts		
John G Tzimirangas, Energy New England	A favor	
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

Votação da Comissão sobre Processo Regulatório E

Alexandra Blackmore, National Grid	A favor	
Francis Callahan, Massachusetts Building Trades Unions	A favor	Nota: temos de acrescentar "trabalho organizado" à lista de partes interessadas no primeiro parágrafo da E. 64.
JD Chesloff, Mass Business Roundtable	A favor	
Catherine Finneran, Eversource	A favor	

Mary Beth Gentleman, Siting Practitioner Advisory Group	A favor	Apoio, desde que o período de 18 meses seja visto como um prazo final, não como um objetivo; Ver também comentários anteriores sobre a abordagem do processo das partes interessadas para explorar os pagamentos às comunidades para além da mitigação.
Carrie Hitt, Vineyard Offshore	A favor	
Nathan W. L'Etoile, American Farmland Trust	A favor	
Steve Long, The Nature Conservancy	A favor	The Nature Conservancy apoia uma abordagem integrada para desenvolver uma abordagem coordenada de localização e licenciamento. Pensamos que é essencial acrescentar o Departamento de Pesca e Caça (especialização em biodiversidade), o Departamento de Conservação e Recreação (especialização em terras naturais e de trabalho) - e manter o Departamento de Proteção Ambiental (ar e água e carbono azul).
John Mangiaratti, Associação Municipal De Massachusetts	Contrários	
Michelle Manion, Mass Audubon	A favor	
Jeremy McDiarmid, Advanced Energy United	A favor	Note-se que sou a favor de prazos mais curtos para a promulgação de regulamentos tendo em conta a urgência do momento. 12 meses devem ser suficientes durante todo o período.
Dorothy McGlincy, Massachusetts Association of Conservation Commissions	A favor	
Rusty Polsgrove, Arise for Social Justice	Abstenção	O número de legislações separadas é preocupante, dada a quantidade significativa de trabalho já produzido pelas Organizações de Justiça Ambiental
Jessica Robertson, New Leaf Energy	A favor	
Eve Rodriguez, Lawrence Pa'lante Resident Task Force	Não votaram	
Eddie Rosa, Groundwork Lawrence	Não votaram	
Caitlin Peale Sloan, Conservation Law Foundation	A favor	Concordo, embora eu continue a ter preocupações sobre o número de legislações separadas, em particular tendo em conta o volume de trabalho que as Organizações de Justiça Ambiental já apresentaram sobre alguns destes temas.
Mark Sylvia, BlueWave Solar	A favor	Deve ser considerado a inclusão de uma redação legislativa que agilize a promulgação de regulamentos, resultando em uma redução do prazo de 18 meses atualmente previsto.
Matthew Teague, Home Builders & Remodelers Association of Massachusetts	A favor	
John G Tziorangas, Energy New England	Contrários	Não discordo da melhoria do processo e do cronograma, só não estou convencido de que usar as mesmas agências para trabalhar neste processo agora seja o processo mais eficiente.
John Walkey, GreenRoots, Inc.	Abstenção	isso é muita regulamentação. Além disso, não vejo avaliações de impacto cumulativas em nenhuma parte destas recomendações. A CIA precisa de ser definida eventualmente (como foi salientado nas nossas discussões) e precisa de ser incorporada neste processo em algum momento, caso contrário, Justiça Ambiental e Equidade são de fato um conjunto de itens checados.
Lizzi Weyant, Metropolitan Area Planning Commission	A favor	

APÊNDICE B: PARTICIPANTES

Comissão sobre Localização e Licenciamento de Infraestruturas Energéticas

Michael Judge, Subsecretário de Energia, Gabinete Executivo de Assuntos Energéticos e Ambientais e Presidente da Comissão

Senador Michael Barrett Co-Presidente do Comitê Misto das Telecomunicações, dos Serviços Públicos e de Energia (sem direito a voto)

Alexandra Blackmore, Conselheira Geral de New England, National Grid

Frank Callahan, Presidente, Sindicatos de Construção de Massachusetts

JD Chesloff, Presidente e CEO, Mass Business Roundtable

Carrie Cullen Hitt, Diretora Senior para a Política de Rede e Transmissão, Vineyard Offshore

Catherine Finneran, Vice-presidente de Desenvolvimento de Projetos de Transmissão, Localização e Serviços de Projeto, Eversource

Mary Claire Kelly, Advogada, Alternativas para Comunidade e Ambiente

Nathan L'Etoile, Diretor Geral de Viabilidade Agrícola Nacional, American Farmland Trust

Mary Beth Gentleman, Presidente, Siting Practitioner Advisory Group

Steve Long, Diretor de Política e Parcerias, The Nature Conservancy

John Mangiaratti, Acton Town Gerente e membro da Associação Municipal de Massachusetts

Michelle Manion, Vice-presidente de Política e Advocacia, Mass Audubon

Jeremy McDiarmid, Diretor Geral e Conselheiro Geral, Advanced Energy United

Dorothy McGlincy Diretora Executiva da Massachusetts Association of Conservation Commissions

Caitlin Peale Sloan Vice-Presidente de Massachusetts, Conservation Law Foundation

Rusty Polsgrove, Organizador da Justiça Ambiental, Arise for Social Justice, Springfield

Jessica Robertson, Diretora de Política e Desenvolvimento de Negócios de New England, New Leaf Energy

Eve Rodriguez, Membro da Força-Tarefa, Lawrence Pa'lante Resident Task Force

Eddie Rosa, Diretor de Programas Comunitários, Groundwork Lawrence

Nick Rose, Conselheiro Geral, Divisão de Normas do Trabalho

Representante Jeffrey Roy Co-Presidente do Comitê Misto das Telecomunicações, dos Serviços Públicos e de Energia (sem direito a voto)

Amy Stitely, Chefe de Programas, Gabinete Executivo de Habitação e Comunidades Habitáveis

Ashley Stolba, Subsecretário de Fundações Econômicas, Gabinete Executivo de Desenvolvimento Econômico

Mark Sylvia, Chefe de Gabinete, Bluewave Solar

Matthew Teague, Presidente, Associação de Construtores e Remodeladores de Casas de Massachusetts, Ltd.

John Tziorangas, Presidente e CEO, Energy New England

John Walkey Diretor de Iniciativas de Justiça Climática e à Beira-mar, GreenRoots, Inc.

Lizzi Weyant, Diretora Executiva Adjunta, Comissão de Planejamento da Área Metropolitana

Grupo De Trabalho Interações

Joel Barrera Diretor de Planejamento Estratégico e de Negócios, Autoridade Portuária de Massachusetts

Robert Boeri, Coordenador de Revisão de Projeto, Gabinete de Gestão da Zona Costeira

Jonathan Cosco, Conselheiro Geral, Gabinete Executivo de Desenvolvimento Econômico

Sean Duffey, Especialista em Habitat Costeiro e Qualidade da Água, Gabinete de Gestão da Zona Costeira

Joan Foster Evans, Conselheiro Geral, Conselho de Instalações de Energia

Jessica Freedman, Procuradora-Geral Adjunta, Divisão de Defesa da Energia e dos Contribuintes, Gabinete do Procurador-Geral de Massachusetts

Kurt Gaertner, Secretário Adjunto de Política Ambiental, Gabinete Executivo de Energia e Assuntos Ambientais

Andy Greene Diretor do Conselho de Instalações de Energia

Katie Gronendyke, Consultora de Política de Energia Limpa, Gabinete Executivo de Energia e Assuntos Ambientais

Ben Hanna, Assessor de Políticas, Departamento de Proteção Ambiental

Jennifer Howard, Diretora de Proteção da Terra, Departamento de Conservação e Recreação

Gerard Kennedy, Diretor da Divisão de Conservação Agrícola e Assistência Técnica, Departamento de Recursos Agrícolas

Tori Kim, Secretário Adjunto e Diretor do MEPA, Gabinete Executivo de Assuntos Energéticos e Ambientais

Lionel Lucien Diretor de Desenvolvimento Público Privado, Departamento de Transportes de Massachusetts

Kristen McDonough, Engenheiro de proteção Contra Incêndios, Divisão de Segurança Contra Incêndios

Samantha Meserve, Diretora da Divisão de Energias Renováveis e Alternativas, Departamento de Recursos Energéticos

Gary Moran, Comissário Adjunto, Departamento de Proteção do Ambiente

Galen Nelson, Diretor de Programa, Centro de Energia Limpa de Massachusetts

Maria Belén Power, Subsecretária de Justiça e Equidade Ambiental, Gabinete Executivo de Energia e Assuntos Ambientais

Nick Rose, Conselheiro Geral, Divisão de Normas do Trabalho

Staci Rubin, Comissário, Departamento de Serviços Públicos

Jennifer Ryan, Comissária Adjunta de Iniciativas Estratégicas e Política Climática, Departamento de Pesca e Caça

Eve Schluter, Diretora Adjunta, Divisão de Pescas e Vida Selvagem, Departamento de Pesca e Caça

Amy Stitely, Chefe de Programas, Gabinete Executivo de Habitação e Comunidades Habitáveis

Wayne Wang Diretor Adjunto do Conselho de Instalações de Energia

Siting Practitioner Advisory Group

Ann Berwick, Cidade de Newton
David Fixler Greenberg Traurig, LLP
Mary Beth Gentleman, Presidente
Zachary Gerson, Foley Hoag LLP
Richard Kanoff, Prince Lobel Tye LLP
Andrew Kaplan, Pierce Atwood LLP
Jonathan Klavens, Klavens Law Group, P.C.
David Rosenzweig, Keegan Werlin LLP
Gregory Sampson, Sullivan & Worcester LLP
Robert Shapiro, Duncan & Allen LLP
Jessica Wall, Anderson & Kreiger LLP
Jollette Westbrook, Environmental Defense Fund

Consultor

Jennifer Haugh, GreenerU, Inc.